

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	101
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	103
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	166.634
Preferenciais	0
Total	166.634
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	15.723.318	11.638.870
1.01	Ativo Circulante	3.021.067	3.246.412
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	399.045	566.686
1.01.02	Aplicações Financeiras	114.728	129.555
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	114.728	129.555
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	114.728	129.555
1.01.03	Contas a Receber	1.903.860	1.843.952
1.01.03.01	Clientes	1.903.860	1.843.952
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	3.320.607	2.858.917
1.01.03.01.02	Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-1.416.747	-1.014.965
1.01.06	Tributos a Recuperar	309.922	180.517
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	309.922	180.517
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuições sociais compensáveis	146.433	38.044
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	163.489	142.473
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	293.512	525.702
1.01.08.03	Outros	293.512	525.702
1.01.08.03.01	Serviço em curso	48.810	41.256
1.01.08.03.02	Outros Créditos	198.829	132.143
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	0	330.288
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	13.009	22.015
1.01.08.03.05	Ativos financeiros setoriais	32.864	0
1.02	Ativo Não Circulante	12.702.251	8.392.458
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.285.164	5.657.706
1.02.01.04	Contas a Receber	55.672	44.444
1.02.01.04.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	55.672	44.444
1.02.01.07	Tributos Diferidos	343.093	305.138
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	343.093	305.138
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9.886.399	5.308.124
1.02.01.10.03	Outros tributos compensáveis	3.336.665	106.522
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados	262.221	257.473
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	4.937.915	4.321.429
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	49.456	3.231
1.02.01.10.08	Ativos financeiros setoriais	210.437	0
1.02.01.10.09	Ativos contratuais	1.089.705	619.469
1.02.03	Imobilizado	81.214	101.701
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	81.214	101.701
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	29.287	56.145
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	26.480	33.080
1.02.03.01.03	Imobilizado em andamento	25.447	12.476
1.02.04	Intangível	2.335.873	2.633.051
1.02.04.01	Intangíveis	2.335.873	2.633.051
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.214.442	2.436.038
1.02.04.01.02	Softwares	119.781	195.107
1.02.04.01.03	Bens de renda	1.650	1.906

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	15.723.318	11.638.870
2.01	Passivo Circulante	3.024.795	2.996.435
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	76.309	76.609
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	76.309	76.609
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	76.309	76.609
2.01.02	Fornecedores	1.523.066	1.085.352
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.523.066	1.085.352
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.398.877	994.390
2.01.02.01.03	Partes Relacionadas	124.189	90.962
2.01.03	Obrigações Fiscais	244.871	200.161
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	96.589	67.964
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	96.589	67.964
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	136.598	128.233
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	11.684	3.964
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	916.457	931.255
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	913.883	925.268
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	551.175	22.757
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	362.708	902.511
2.01.04.02	Debêntures	2.574	5.987
2.01.05	Outras Obrigações	260.495	523.396
2.01.05.02	Outros	260.495	523.396
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	21.697	103
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	57.987	57.987
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	76.454	108.903
2.01.05.02.10	Passivo financeiro setorial	0	301.498
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	90.508	39.887
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	13.849	15.018
2.01.06	Provisões	3.597	179.662
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.597	179.662
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	3.597	179.662
2.02	Passivo Não Circulante	9.073.058	5.051.200
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.560.764	3.680.800
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.561.577	2.681.857
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.083.669	2.478.065
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.477.908	203.792
2.02.01.02	Debêntures	999.187	998.943
2.02.02	Outras Obrigações	3.874.147	764.771
2.02.02.02	Outros	3.874.147	764.771
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego	403.315	590.246
2.02.02.02.05	Passivo Financeiro Setorial	24.345	87.986
2.02.02.02.06	Outras obrigações	5.839	9.164
2.02.02.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	12.154	0
2.02.02.02.08	Encargos setoriais	37.707	50.654
2.02.02.02.09	Obrigações por arrendamentos	20.487	26.721
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.229.729	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.02.02.11	Obrigações fiscais	140.571	0
2.02.04	Provisões	638.147	605.629
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	626.982	605.629
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	20.837	24.117
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	307.912	294.155
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	296.789	285.913
2.02.04.01.05	Provisões regulatórias	1.444	1.444
2.02.04.02	Outras Provisões	11.165	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.625.465	3.591.235
2.03.01	Capital Social Realizado	2.498.230	2.498.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.308	2.308
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	20.946	20.946
2.03.04	Reservas de Lucros	1.068.340	1.068.340
2.03.04.01	Reserva Legal	138.350	138.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	929.990	929.990
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-26.457	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	62.098	1.411
2.03.08.02	Instrumentos financeiros derivativos - swap	62.098	1.411

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.353.000	5.942.579	1.529.970	4.490.071
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.165.387	-5.335.526	-1.359.230	-3.922.823
3.03	Resultado Bruto	187.613	607.053	170.740	567.248
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-237.570	-663.580	-87.199	-256.008
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.734	-11.802	-3.232	-10.715
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-61.316	-161.655	-53.224	-179.276
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-184.444	-505.528	-44.695	-118.971
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.924	15.405	13.952	52.954
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-49.957	-56.527	83.541	311.240
3.06	Resultado Financeiro	38.662	61.780	-163.425	-315.225
3.06.01	Receitas Financeiras	396.413	1.219.789	102.045	505.866
3.06.02	Despesas Financeiras	-357.751	-1.158.009	-265.470	-821.091
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-11.295	5.253	-79.884	-3.985
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	564	-31.710	26.361	36
3.08.01	Corrente	17.893	-100.928	0	0
3.08.02	Diferido	-17.329	69.218	26.361	36
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.731	-26.457	-53.523	-3.949
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.731	-26.457	-53.523	-3.949
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,0644	-0,1588	-0,3212	-0,0237

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.731	-26.457	-53.523	-3.949
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-11.114	60.687	-10.292	-42.315
4.02.01	Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	0	112.241	-20.031	-70.790
4.02.02	Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	0	-38.162	6.811	24.069
4.02.03	Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	-16.839	-20.291	4.436	6.676
4.02.04	Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	5.725	6.899	-1.508	-2.270
4.03	Resultado Abrangente do Período	-21.845	34.230	-63.815	-46.264

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-416.758	493.813
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	903.490	839.080
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) no período	-26.457	-3.949
6.01.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	505.528	41.600
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	367.365	331.412
6.01.01.04	Provisões e atualizações monetárias para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórias	68.125	20.884
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias	302.321	759.006
6.01.01.06	Marcação a mercado de ativo indenizável	-309.888	-49.460
6.01.01.07	Valor Residual de Intangível baixado	0	11.195
6.01.01.08	Tributos e contribuições social diferidos	-69.218	-36
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	29.935	24.587
6.01.01.11	Ativos e passivos financeiros setoriais	-16.751	-11.120
6.01.01.12	Perda de recebíveis de clientes	119.722	77.371
6.01.01.13	Instrumentos financeiros derivativos	-67.192	-362.410
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.081.207	-210.280
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-696.386	-347.545
6.01.02.02	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.229.729	0
6.01.02.03	Encargos setoriais	35.471	-3.592
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	-70.434	4.296
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	-3.289.114	-68.553
6.01.02.07	Depósitos Vinculados	-4.748	-32.767
6.01.02.08	Outros Créditos	-60.661	34.406
6.01.02.09	Fornecedores	437.714	-35.032
6.01.02.10	Folha de Pagamento	-300	28.150
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social a pagar	0	-7.197
6.01.02.12	Outras obrigações fiscais	163.168	50.143
6.01.02.13	Serviço em Curso	-7.554	-6.834
6.01.02.14	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-104.625	-52.899
6.01.02.15	Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	-96.094	-101.419
6.01.02.16	Outros Passivos	-35.774	-12.779
6.01.02.17	Passivo financeiros setoriais	-365.139	198.080
6.01.02.18	Subvenção CDE	10.090	-32.378
6.01.02.20	Ativos financeiros setoriais	-226.550	175.640
6.01.03	Outros	-239.041	-134.987
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-150.014	-8.106
6.01.03.02	Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	-88.900	-116.647
6.01.03.04	Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumento derivativo	1.831	-6.821
6.01.03.05	Pagamentos de juros de arrendamento	-1.958	-3.413
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-817.732	-889.781
6.02.01	Títulos e valores mobiliários	14.827	-161.235
6.02.02	Aplicações no Intangível e Imobilizado	-832.559	-728.546
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.066.849	620.789

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos	1.911.531	1.056.283
6.03.04	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	-1.200.161	-541.139
6.03.09	Recebimento de instrumento derivativo (principal)	362.881	109.237
6.03.10	Pagamentos de arrendamento (principal)	-7.402	-3.592
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-167.641	224.821
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	566.686	303.062
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	399.045	527.883

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.498.230	23.254	1.138.795	0	697	3.660.976
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.498.230	23.254	1.138.795	0	697	3.660.976
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.949	-42.315	-46.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.949	0	-3.949
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-42.315	-42.315
5.05.02.06	Ganho de instrumento financeiro derivativo	0	0	0	0	6.676	6.676
5.05.02.07	Tributos Diferidos sobre ganho instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-2.270	-2.270
5.05.02.08	Perda atuarial com benefício pós-emprego	0	0	0	0	-70.790	-70.790
5.05.02.09	Tributos Diferidos sobre perda de obrigações com benefício pós-emprego	0	0	0	0	24.069	24.069
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.498.230	23.254	1.138.795	-3.949	-41.618	3.614.712

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.498.230	23.254	1.138.795	0	697	3.660.976
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.498.230	23.254	1.138.795	0	697	3.660.976
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.949	-42.315	-46.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.949	0	-3.949
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-42.315	-42.315
5.05.02.06	Ganho de instrumento financeiro derivativo	0	0	0	0	6.676	6.676
5.05.02.07	Tributos Diferidos sobre ganho instrumentos financeiros derivativos	0	0	0	0	-2.270	-2.270
5.05.02.09	Perda atuarial com benefício pós-emprego	0	0	0	0	-70.790	-70.790
5.05.02.10	Tributos Diferidos sobre perda de obrigações com benefício pós-emprego	0	0	0	0	24.069	24.069
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	2.498.230	23.254	1.138.795	-3.949	-41.618	3.614.712

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	8.816.181	7.150.936
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.361.498	6.414.824
7.01.02	Outras Receitas	15.405	52.954
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	825.084	724.758
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-385.806	-41.600
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.493.660	-3.966.433
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.224.431	-3.772.081
7.02.04	Outros	-269.229	-194.352
7.02.04.03	Outras despesas operacionais	-269.229	-194.352
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.322.521	3.184.503
7.04	Retenções	-367.363	-331.412
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-367.363	-331.412
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.955.158	2.853.091
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.219.789	505.866
7.06.02	Receitas Financeiras	1.219.789	505.866
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.174.947	3.358.957
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.174.947	3.358.957
7.08.01	Pessoal	148.400	135.077
7.08.01.01	Remuneração Direta	83.813	76.417
7.08.01.02	Benefícios	29.861	24.447
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.470	4.039
7.08.01.04	Outros	30.256	30.174
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	6.377	5.693
7.08.01.04.02	Participação nos Resultados	18.034	12.625
7.08.01.04.03	Previdência privada	5.845	11.856
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.891.287	2.407.421
7.08.02.01	Federais	999.120	860.847
7.08.02.02	Estaduais	1.886.649	1.540.521
7.08.02.03	Municipais	5.518	6.053
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.161.717	820.408
7.08.03.01	Juros	1.158.009	821.091
7.08.03.02	Aluguéis	3.708	-683
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-26.457	-3.949
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-26.457	-3.949

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

3T21 / 9M21

Enel Distribuição Rio

Ampla Energia e Serviços S.A.

26 de outubro de 2021

Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pt/investidores/enel-distribuicao-rio.html> | brasil.investorrelations@enel.com

Comentário do Desempenho

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2021 – A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”) [B3: CBEE3], distribuidora de energia elétrica, concessionária de serviço público federal, cuja área de concessão abrange 73% do território do estado do Rio de Janeiro, cobrindo 66 municípios, e atendendo 3,0 milhões de clientes, divulga o seu resultado do terceiro trimestre (“3T21”) e dos nove meses de 2021 (“9M21”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária.

1 DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.641	2.654	-0,5%	2.885	-8,5%	8.351	8.240	1,3%
Receita Bruta (R\$ mil)	3.422.997	2.396.574	42,8%	2.888.977	18,5%	9.186.582	7.139.582	28,7%
Receita Líquida (R\$ mil)	2.353.000	1.529.970	53,8%	1.794.600	31,1%	5.942.579	4.490.071	32,3%
EBITDA (3) (R\$ mil)*	60.179	192.414	-68,7%	59.304	1,5%	287.021	620.166	-53,7%
Margem EBITDA (%)*	2,56%	12,58%	-10,02 p.p	3,30%	-0,74 p.p	4,83%	13,81%	-8,98 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	3,03%	15,06%	-12,03 p.p	3,93%	-0,90 p.p	5,61%	16,47%	-10,86 p.p
EBIT (4) (R\$ mil)*	(49.957)	83.541	<-100,0%	(54.748)	-8,8%	(56.527)	311.240	<-100,0%
Margem EBIT (%)*	-2,12%	5,46%	-7,58 p.p	-3,05%	0,93 p.p	-0,95%	6,93%	-7,88 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	(10.731)	(53.523)	-80,0%	(61.153)	-82,5%	(26.457)	(3.949)	>100,0%
Margem Líquida	-0,46%	-3,50%	3,04 p.p	-3,41%	2,95 p.p	-0,45%	-0,09%	-0,36 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-0,54%	-4,19%	3,65 p.p	-4,05%	3,51 p.p	-0,52%	-0,10%	-0,42 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	331.785	216.904	53,0%	306.046	8,4%	776.811	616.232	26,1%
DEC (12 meses)*	10,37	10,58	-2,0%	10,18	1,9%	10,37	10,58	-2,0%
FEC (12 meses)*	5,74	6,31	-9,0%	5,71	0,5%	5,74	6,31	-9,0%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	94,30%	95,28%	-0,98 p.p	94,25%	0,05 p.p	94,30%	95,28%	-0,98 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	23,03%	22,63%	0,40 p.p	23,50%	-0,47 p.p	23,03%	22,63%	0,40 p.p
Nº de Consumidores Totais*	3.017.180	2.966.502	1,7%	3.010.693	0,2%	3.017.180	2.966.502	1,7%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	996	991	0,5%	1.016	-2,0%	996	991	0,5%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	242	267	-9,4%	270	-10,4%	767	829	-7,5%
PMSO (5)/Consumidor*	447,32	74,61	>100,0%	132,14	>100,0%	383,49	233,05	64,4%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	277	298	-7,0%	282	-1,8%	277	298	-7,0%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	10.893	9.946	9,5%	10.681	2,0%	10.893	9.946	9,5%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

(3) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (4) EBIT: Resultado do Serviço e (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição Rio fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.615 km², o que corresponde, aproximadamente, a 73% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende aproximadamente 3,0 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de 7,1 milhões de habitantes.

DADOS GERAIS

	3T21	3T20	Var. %
Área de Concessão (km²)	32.615	32.615	-
Municípios (Qte.)	66	66	-
Habitantes (Qte.) (1)	7.063.585	6.856.760	3,0%
Consumidores (Unid.)	3.017.180	2.966.502	1,7%
Linhas de Distribuição (Km)	57.646	57.179	0,8%
Linhas de Transmissão (Km)	3.454	3.441	0,4%
Subestações (Unid.)	127	126	0,8%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.358	11.074	2,6%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,47%	3,45%	0,02 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,28%	2,35%	-0,07 p.p

(1) Fonte: Para ambos os trimestres, utilizamos o resultado das estimativas da população divulgados anualmente pelo IBGE

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Mercado Bursátil

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão. As cotações de fechamento do período são apresentadas a seguir.

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/AÇÃO)*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Ordinárias - ON (CBEE3)	23,00	16,00	43,8%	24,90	-7,6%	23,00	16,00	43,8%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

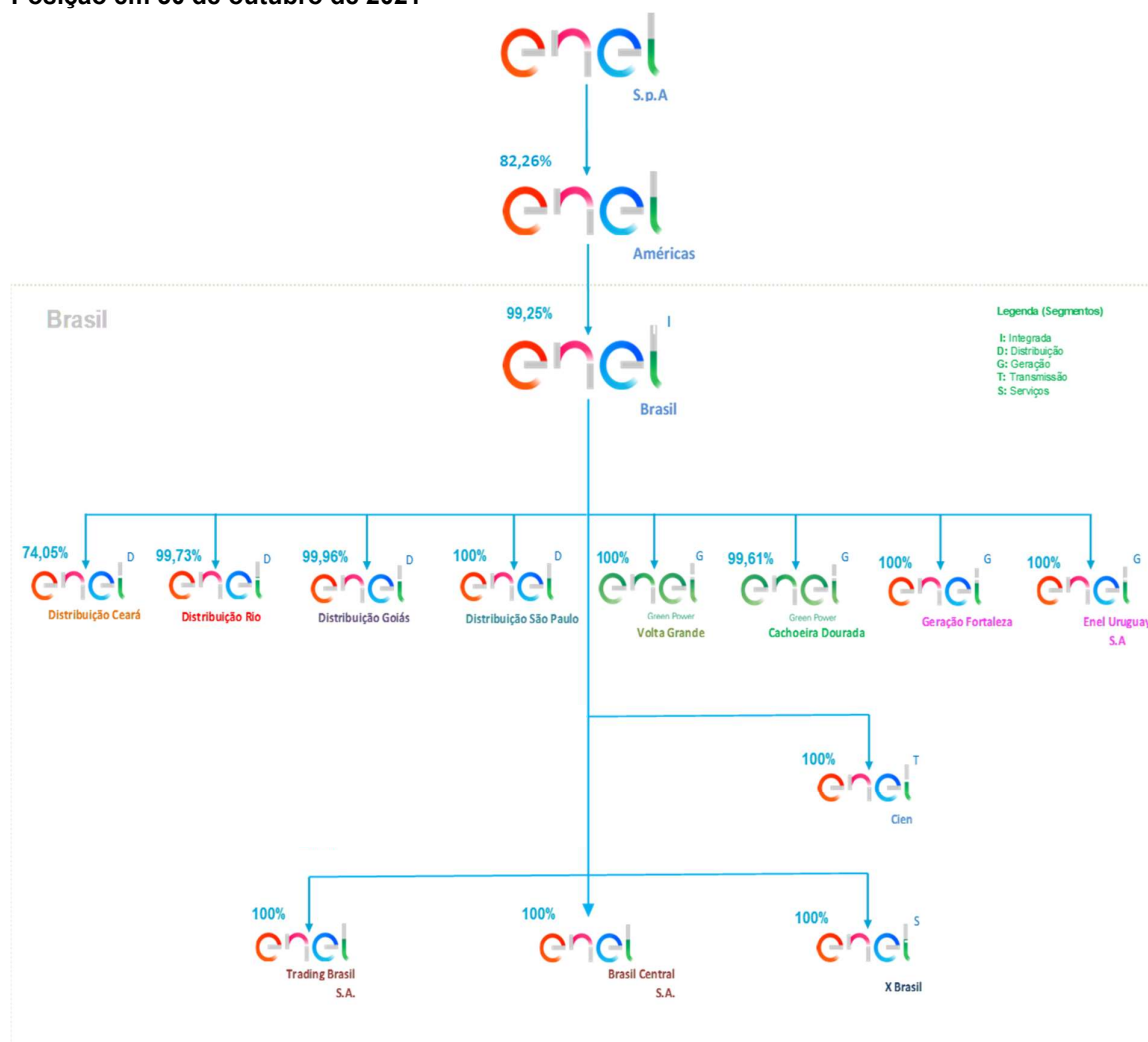
A Enel Distribuição Rio é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem a seguinte estrutura de controle:

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 30/09/2021)

	ON (1)	%	TOTAL	%
Controladores	166.191.392	99,73%	166.191.392	99,73%
Enel Brasil	166.191.392	99,73%	166.191.392	99,73%
Não Controladores	442.934	0,27%	442.934	0,27%
Outros	442.934	0,27%	442.934	0,27%
Totais	166.634.326	100,00%	166.634.326	100,00%

(1) As ações ordinárias possuem *Tag Along* de 80%

Posição em 30 de outubro de 2021



Comentário do Desempenho

3

MERCADO DE ENERGIA

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Mercado Cativo	2.734.899	2.704.298	1,1%	2.764.850	-1,1%	2.734.899	2.704.298	1,1%
Residencial - Convencional	2.382.120	2.350.226	1,4%	2.412.391	-1,3%	2.382.120	2.350.226	1,4%
Residencial - Baixa Renda	145.226	135.394	7,3%	143.399	1,3%	145.226	135.394	7,3%
Industrial	3.403	3.329	2,2%	3.106	9,6%	3.403	3.329	2,2%
Comercial	123.756	133.852	-7,5%	125.137	-1,1%	123.756	133.852	-7,5%
Rural	62.587	63.777	-1,9%	63.093	-0,8%	62.587	63.777	-1,9%
Setor Público	17.807	17.720	0,5%	17.724	0,5%	17.807	17.720	0,5%
Clientes Livres	739	630	17,3%	699	5,7%	739	630	17,3%
Industrial	137	127	7,9%	134	2,2%	137	127	7,9%
Comercial	548	464	18,1%	514	6,6%	548	464	18,1%
Setor Público	53	38	39,5%	50	6,0%	53	38	39,5%
Residencial	1	1	-	1	-	1	1	-
Revenda	24	24	-	24	-	24	24	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	2.735.662	2.704.952	1,1%	2.765.573	-1,1%	2.735.662	2.704.952	1,1%
Consumo Próprio	303	307	-1,3%	301	0,7%	303	307	-1,3%
Consumidores Ativos Não Faturados	281.215	261.243	7,6%	244.819	14,9%	281.215	261.243	7,6%
Total - Número de Consumidores	3.017.180	2.966.502	1,7%	3.010.693	0,2%	3.016.877	2.966.195	1,7%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

A Companhia encerrou o 3T21 com um aumento de 1,1% no número de consumidores efetivos faturados em relação ao registrado no 3T20, principalmente, pelo aumento nas classes residenciais, reflexo do crescimento vegetativo da área de concessão. Se considerados os consumidores não faturados e consumo próprio, o total de consumidores apresentou aumento de 1,7% entre períodos. No 3T21 os investimentos voltados para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 112,6 milhões, 84,5% superior ao montante investido no 3T20.

Venda de Energia na Área de Concessão

A venda de energia em nossa área de concessão, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 3T21 em 2.641 GWh, praticamente estável em relação ao volume de energia vendido e transportado no 3T20.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Mercado Cativo	1.856	1.847	0,5%	2.036	-8,8%	6.150	5.961	3,2%
Clientes Livres	660	682	-3,2%	718	-8,1%	1.861	1.917	-2,9%
Revenda	124	125	-0,8%	131	-5,3%	339	362	-6,4%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.641	2.654	-0,5%	2.885	-8,5%	8.351	8.240	1,3%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Residencial - Convencional	1.096	1.075	2,0%	1.212	-9,6%	3.709	3.458	7,3%
Residencial - Baixa Renda	55	52	5,8%	53	3,8%	174	147	18,4%
Industrial	37	44	-15,9%	39	-5,1%	112	137	-18,2%
Comercial	332	339	-2,1%	379	-12,4%	1.116	1.158	-3,6%
Rural	40	43	-7,0%	42	-4,8%	127	128	-0,8%
Setor Público	297	294	1,0%	311	-4,5%	913	933	-2,1%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	1.856	1.847	0,5%	2.036	-8,8%	6.150	5.961	3,2%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

No 3T21, o total de venda de energia no mercado cativo manteve-se estável em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Houve um aumento do consumo residencial motivado por um incremento no número de consumidores e aumento do tempo de permanência nas residências devido, dentre outras razões, pela consolidação da modalidade de trabalho do home office.

Comentário do Desempenho

A redução observada no consumo da classe industrial é efeito da atual pandemia do COVID-19 e consequente agravamento do contexto econômico na área de concessão.

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Residencial - Convencional	460	457	0,7%	503	-8,5%	1.557	1.472	5,8%
Residencial - Baixa Renda	377	386	-2,3%	369	2,2%	1.197	1.086	10,2%
Industrial	10.830	13.089	-17,3%	12.564	-13,8%	32.870	40.883	-19,6%
Comercial	2.683	2.531	6,0%	3.032	-11,5%	9.018	8.655	4,2%
Rural	637	681	-6,5%	658	-3,2%	2.027	2.025	0,1%
Setor Público	16.654	16.566	0,5%	17.530	-5,0%	51.247	52.633	-2,6%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	679	683	-0,6%	736	-7,7%	2.249	2.205	2,0%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Industrial	496	503	-1,4%	515	-3,7%	1.356	1.427	-5,0%
Comercial	143	126	13,5%	160	-10,6%	413	366	12,8%
Setor Público	20	52	-61,5%	42	-52,4%	90	121	-25,6%
Residencial	1	1	-	1	-	2	3	-33,3%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	660	682	-3,2%	718	-8,1%	1.861	1.917	-2,9%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Industrial	3.618	3.960	-8,6%	3.843	-5,9%	9.895	11.236	-11,9%
Comercial	262	272	-3,7%	311	-15,8%	754	790	-4,6%
Setor Público	385	1.366	-71,8%	842	-54,3%	1.706	3.191	-46,5%
Residencial	1.129	1.167	-3,3%	1.124	0,4%	2.129	3.628	-41,3%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	894	1.083	-17,5%	1.028	-13,0%	2.519	3.045	-17,3%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

Apesar do aumento no número de consumidores, o consumo de energia para o mercado livre teve uma redução de -3,2% no 3T21 comparado ao mesmo trimestre do ano passado devido a recuperação econômica mais lenta que o estimado.

No acumulado do ano houve uma redução de -2,9% no transporte de energia para os clientes livres devido a adequação no procedimento de faturamento durante o primeiro trimestre, onde o faturamento passou a ser realizado nos primeiros dias do mês seguinte à leitura. Anteriormente, o processo de leitura e faturamento eram realizados no mesmo mês.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Itaipu	533	548	-2,7%	533	-	1.594	1.626	-2,0%
Angra I e II	103	102	1,0%	102	1,0%	306	304	0,7%
PROINFA	54	56	-3,6%	50	8,0%	147	156	-5,8%
Leilão e Quotas	2.294	2.378	-3,5%	2.336	-1,8%	7.216	7.490	-3,7%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	2.984	3.085	-3,3%	3.021	-1,2%	9.263	9.580	-3,3%
Liquidação na CCEE	(344)	(308)	11,7%	(280)	22,9%	(400)	(886)	-54,9%
Total - Compra de Energia	2.640	2.777	-4,9%	2.741	-3,7%	8.863	8.694	1,9%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Balanco de Energia

BALANÇO DE ENERGIA*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Energia requerida (GWh)	3.310	3.438	-3,7%	3.397	-2,6%	10.891	10.561	3,1%
Energia distribuída (GWh)	2.644	2.659	-0,6%	2.890	-8,5%	8.364	8.255	1,3%
Residencial - Convencional	1.096	1.075	2,0%	1.212	-9,6%	3.709	3.458	7,3%
Residencial - Baixa Renda	55	52	5,8%	53	3,8%	174	147	18,4%
Industrial	37	44	-15,9%	39	-5,1%	112	137	-18,2%
Comercial	332	339	-2,1%	379	-12,4%	1.116	1.158	-3,6%
Rural	40	43	-7,0%	42	-4,8%	127	128	-0,8%
Setor Público	297	294	1,0%	311	-4,5%	913	933	-2,1%
Clientes Livres	660	682	-3,2%	718	-8,1%	1.861	1.917	-2,9%
Revenda	124	125	-0,8%	131	-5,3%	339	362	-6,4%
Consumo Próprio	3	5	-40,0%	5	-40,0%	13	15	-13,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	666	779	-14,5%	507	31,4%	2.527	2.306	9,6%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	20,12%	22,66%	-2,54 p.p	14,92%	5,20 p.p	23,20%	21,84%	1,36 p.p

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

As perdas na distribuição em 2021 foram impactadas pela REN Aneel 863/2019, que tornou necessário um ajuste de processo e postergação no faturamento destes clientes, uma vez que o índice de perdas é calculado com base na quantidade de energia faturada do cliente de uma forma geral.

4

INDICADORES OPERACIONAIS

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
DEC 12 meses (horas)	10,37	10,58	-2,0%	10,18	1,9%	10,37	10,58	-2,0%
FEC 12 meses (vezes)	5,74	6,31	-9,0%	5,71	0,5%	5,74	6,31	-9,0%
Perdas de Energia 12 meses (%)	23,03%	22,63%	0,40 p.p	23,50%	-0,47 p.p	23,03%	22,63%	0,40 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	94,30%	95,28%	-0,98 p.p	94,25%	0,05 p.p	94,30%	95,28%	-0,98 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	242	267	-9,4%	270	-10,4%	767	829	-7,5%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	277	298	-7,1%	282	-1,8%	277	298	-7,1%
PMSO (3)/Consumidor	447	75	>100,0%	132	>100,0%	383	233,05	64,6%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	10.893	9.946	9,5%	10.681	2,0%	10.893	9.946	9,5%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

(3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Os indicadores DEC e FEC apresentaram queda no 3T21 em relação ao 3T20 na ordem de 2,0% e 9,0% respectivamente. Esta melhoria na qualidade do sistema tem como principal reflexo o resultado dos investimentos em

automação e telecomandos realizados nos últimos anos.

A Enel Distribuição Rio investiu R\$ 90,5 milhões em adequação à carga e qualidade do sistema no 3T21, e nos nove meses de 2021, o volume investido foi de R\$ 170,0 milhões.

Comentário do Desempenho

Disciplina de Mercado*



As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 23,03% no 3T21, um aumento 0,40 p.p. em relação às perdas registradas no 3T20, de 22,63%. As maiores perdas estão concentradas principalmente nas chamadas áreas de risco, regiões onde a Companhia tem dificuldades operativas, e que apresentam maior nível de furto e desperdício de energia.

As perdas foram impactadas pela REN Aneel 863/2019, que obrigou as distribuidoras a faturar os clientes do Grupo A conforme calendário cível a partir de janeiro de 2021. Isso tornou necessário um ajuste de processo e postergação no faturamento destes clientes, o que contribuiu com o maior valor registrado, uma vez que o índice de perdas é calculado com base na quantidade de energia faturada do cliente. Quando analisamos as perdas com a correção destes fatores externos, as perdas de energia TAM alcançaram 21,05% no 3T21, uma redução de 1,44 p.p. em relação às perdas registradas no 3T20, de 22,49%.

Vale destacar que as perdas, apesar de estarem em um nível acima do observado em 2020, atingiram o menor patamar no 3T21 para o ano de 2021.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Rio mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente na recuperação do seu ciclo comercial, com projetos com foco na recuperação de clientes cortados, mapeamento e conexão consumidores clandestinos, redução de passivos em manutenção de equipamentos de medição e melhorias nos processos de leitura, reduzindo a quantidade de clientes faturados por média e mínimo, estas ações permitiram alavancar a efetividade para 99,46% em setembro de 2021, um acréscimo de 0,25 p.p em relação ao 3T20. Nas ações de combate a fraudes de energia, a empresa aumentou em 20% o volume de ações de fiscalizações de medições executadas até setembro de 2021 e pretende chegar a 30% de acréscimo durante o ano de 2021, com objetivo de identificar e corrigir possíveis perdas de energia advindas de fraudes e avarias de equipamentos de medição.

No 3T21, foi investido no combate às perdas o montante de R\$ 55,0 milhões*, e nos nove meses de 2021, R\$ 125,9 milhões.

Em relação ao indicador de arrecadação, houve uma queda de 0,98 pontos percentuais. Vale destacar que, nesse período, estava vigente a lei estadual que proibia interrupção por inadimplência. De forma a mitigar os efeitos mencionados e melhorar seu índice de arrecadação, a Companhia tem realizado diversas ações para reduzir os níveis de inadimplência. Para tal, foram realizadas ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para liquidação de valores em aberto.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

5

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	3.422.997	2.396.574	42,8%	2.888.977	18,5%	9.186.582	7.139.582	28,7%
Deduções à Receita Operacional	(1.069.997)	(866.604)	23,5%	(1.094.377)	-2,2%	(3.244.003)	(2.649.511)	22,4%
Receita Operacional Líquida	2.353.000	1.529.970	53,8%	1.794.600	31,1%	5.942.579	4.490.071	32,3%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(2.402.957)	(1.446.429)	66,1%	(1.849.348)	29,9%	(5.999.106)	(4.178.831)	43,6%
EBITDA(3)*	60.179	192.414	-68,7%	59.304	1,5%	287.021	620.166	-53,7%
Margem EBITDA*	2,56%	12,58%	-10,02 p.p	3,30%	-0,74 p.p	4,83%	13,81%	-8,98 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	3,03%	15,06%	-12,03 p.p	3,93%	-0,90 p.p	5,61%	16,47%	-10,86 p.p
EBIT(4)*	(49.957)	83.541	<-100,0%	(54.748)	-8,8%	(56.527)	311.240	<-100,0%
Margem EBIT*	-2,12%	5,46%	-7,58 p.p	-3,05%	0,93 p.p	-0,95%	6,93%	-7,88 p.p
Resultado Financeiro	38.662	(163.425)	<-100,0%	2.680	>100,0%	61.780	(315.225)	<-100,0%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	564	26.361	-97,9%	(9.085)	<-100,0%	(31.710)	36	<-100,0%
Lucro Líquido	(10.731)	(53.523)	-80,0%	(61.153)	-82,5%	(26.457)	(3.949)	>100,0%
Margem Líquida	-0,46%	-3,50%	3,04 p.p	-3,41%	2,95 p.p	-0,45%	-0,09%	-0,36 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-0,54%	-4,19%	3,65 p.p	-4,05%	3,51 p.p	-0,52%	-0,10%	-0,42 p.p
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	(0,06)	(0,32)	-80,0%	(0,37)	-82,5%	(0,16)	(0,02)	>100,0%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

(3) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (4) EBIT: Resultado do Serviço

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Fornecimento de Energia	2.134.133	1.756.768	21,5%	2.008.859	6,2%	6.518.592	5.473.520	19,1%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(6.305)	(10.604)	-40,5%	(6.701)	-5,9%	(23.318)	(21.534)	8,3%
Subvenção baixa renda	12.259	10.517	16,6%	12.436	-1,4%	36.787	46.782	-21,4%
Subvenção de recursos da CDE	56.238	55.954	0,5%	63.424	-11,3%	174.410	159.715	9,2%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.196.325	1.812.635	21,2%	2.078.018	5,7%	6.706.471	5.658.483	18,5%
Ativos e passivos financeiros setoriais	569.357	99.895	>100,0%	258.400	>100,0%	959.027	93.621	>100,0%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	210.680	206.690	1,9%	259.829	-18,9%	621.430	588.687	5,6%
Receita de Construção	367.420	252.449	45,5%	285.980	28,5%	825.084	724.758	13,8%
Venda de Energia Excedente - MVE	265.222	-	-	53.708	>100,0%	318.930	-	-
Outras Receitas	(186.007)	24.905	<-100,0%	(46.958)	>100,0%	(244.360)	74.033	<-100,0%
Total - Receita Operacional Bruta	3.422.997	2.396.574	42,8%	2.888.977	18,5%	9.186.582	7.139.582	28,7%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

A receita operacional bruta da Enel Distribuição Rio teve um aumento de 42,8% (R\$ 1,03 bilhão) no 3T21 em relação ao 3T20. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia alcançou o montante de R\$ 3,1 bilhões no 3T21, o que representa um aumento de 42,5% (R\$ 911,4 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 2,1 bilhões. Este resultado é devido, principalmente, aos seguintes efeitos:

- Efeito positivo pelo aumento no fornecimento de energia em R\$ 383,7 milhões. Apesar do volume de energia distribuída no mercado cativo ter se mantido estável no período (1.856 GWh no 3T21 contra 1.847 GWh no 3T20), o aumento é resultado do maior mix tarifário, decorrente do aumento de tarifa, em março de 2021, com o efeito médio percebido pelos consumidores em 6,02%, além da implementação da bandeira de escassez hídrica em setembro de 2021;
- Aumento em ativos e passivos financeiros setoriais líquidos, em R\$ 469,5 milhões, como resultado de maior constituição de ativo regulatório no período;
- Aumento de R\$ 265,2 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente - MVE em relação ao 3T20, como resultado, principalmente, da Companhia ter participado do mecanismo em maior volume.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 210,9 milhões em outras receitas, em função de maior repasse do montante faturado via bandeira tarifária, impactados pela vigência das bandeiras vermelha e de escassez hídrica, no 3T21, em contraponto à bandeira verde, que vigorava no 3T20.

No acumulado do ano, a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 28,7%, ou R\$ 2,05 bilhões, em relação aos nove meses de 2020, totalizando R\$ 9,2 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, nos 9M21, alcançou o montante de R\$ 8,4 bilhões, um aumento de R\$ 1,9 bilhão em relação aos 9M20, cujo montante foi de R\$ 6,4 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes fatores:

Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 1,0 bilhão na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação aos 9M20, como resultado, principalmente, do maior volume de energia distribuído no período (6.150 GWh no 9M21 vs. 5.961 GWh nos 9M20) além do reajuste médio tarifário de 6,02% aplicado a partir de março de 2021, além da implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto.
- Aumento de R\$ 865,4 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da maior constituição de ativo regulatório entre períodos; e
- Aumento de R\$ 318,9 milhões na rubrica de Venda de Energia Excedente - MVE em relação ao 9M20, como resultado, principalmente, da Companhia ter participado do mecanismo em maior volume.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Redução de R\$ 318,4 milhões em outras receitas, em função de maior repasse do montante faturado via bandeira tarifária, impactados pela vigência das bandeiras amarela, vermelha e de escassez hídrica, nos 9M21, em contraponto à bandeira verde, que vigorava nos 9M20 (exceto em janeiro/20, quando estava vigente a bandeira amarela).

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
ICMS	(597.660)	(479.014)	24,8%	(649.222)	-7,9%	(1.886.649)	(1.540.477)	22,5%
PIS	(44.027)	(35.541)	23,9%	(33.988)	29,5%	(123.779)	(106.922)	15,8%
COFINS	(202.793)	(190.844)	6,3%	(156.550)	29,5%	(570.134)	(519.629)	9,7%
ISS	(1.168)	(1.004)	16,3%	(1.270)	-8,0%	(3.663)	(3.168)	15,6%
Total - Tributos	(845.648)	(706.403)	19,7%	(841.030)	0,5%	(2.584.225)	(2.170.196)	19,1%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(202.466)	(145.409)	39,2%	(236.287)	-14,3%	(602.423)	(435.810)	38,2%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(19.669)	(12.643)	55,6%	(14.846)	32,5%	(50.715)	(37.181)	36,4%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.214)	(2.149)	3,0%	(2.214)	-	(6.640)	(6.324)	5,0%
Total - Encargos Setoriais	(224.349)	(160.201)	40,0%	(253.347)	-11,4%	(659.778)	(479.315)	37,7%
Total - Deduções da Receita	(1.069.997)	(866.604)	23,5%	(1.094.377)	-2,2%	(3.244.003)	(2.649.511)	22,4%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

As deduções da receita no 3T21 registraram aumento de 23,5%, R\$ 203,4 milhões em comparação com o 3T20. Os principais efeitos são apresentados a seguir: (i) o aumento de 19,7% (R\$ 139,2 milhões) no total de tributos, decorrente sobretudo do aumento da base de cálculo de ICMS, PIS e COFINS; e (ii) aumento de 40,0% (R\$ 64,1 milhões) em Encargos Setoriais, derivados sobretudo pelo aumento de R\$ 57,1 milhões na rubrica de Conta de Desenvolvimento Energético, "CDE", em função do ajuste no valor das quotas de arrecadação homologado pelo regulador.

Nos 9M21, as deduções da receita totalizaram R\$ 3,2 bilhões, contra R\$ 2,6 bilhões nos 9M20, aumento de 22,4% ou R\$ 594,5 milhões, resultado, sobretudo, do aumento do total de tributos.

Custos e Despesas Operacionais

No segmento de distribuição de energia, de acordo com a ANEEL, a estrutura de custos e despesas operacionais é dividida entre (i) Parcela A (chamados aqui custos não gerenciáveis pela distribuidora) e (ii) Parcela B (que representam os custos gerenciáveis pela distribuidora).

Na Parcela A, ou custos não-gerenciáveis, estão inclusos os custos de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição e sua depreciação.

A seguir, estão demonstrados os Custos e Despesas Operacionais da Companhia, segregados entre gerenciáveis e não-gerenciáveis.

Comentário do Desempenho

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.232.115)	(660.557)	86,5%	(781.920)	57,6%	(2.805.775)	(2.028.558)	38,3%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(157.078)	(199.943)	-21,4%	(198.196)	-20,7%	(546.582)	(483.472)	13,1%
Encargos dos Serviços dos Sistemas	(121.363)	(4.556)	>100,0%	(72.592)	67,2%	-	-	-
Total - Não gerenciáveis	(1.510.556)	(865.056)	74,6%	(1.052.708)	43,5%	(3.352.357)	(2.512.030)	33,5%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(26.838)	(32.909)	-18,4%	(35.608)	-24,6%	(109.963)	(103.939)	5,8%
Material e Serviços de Terceiros	(160.192)	(125.187)	28,0%	(131.173)	22,1%	(423.052)	(387.570)	9,2%
Depreciação e Amortização	(110.136)	(108.873)	1,2%	(114.052)	-3,4%	(343.548)	(308.926)	11,2%
Custo de Desativação de Bens	-	(10.842)	-100,0%	-	-	-	(32.645)	-100,0%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(154.190)	(18.223)	>100,0%	(140.140)	10,0%	(385.806)	(55.482)	>100,0%
Custo de Construção	(367.420)	(252.449)	45,5%	(285.980)	28,5%	(825.084)	(724.758)	13,8%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(32.729)	359	<-100,0%	(3.337)	>100,0%	(58.682)	(22.029)	>100,0%
Recuperação de Perdas	-	-	-	-	-	-	13.882	-100,0%
Perda de recebíveis de clientes	(30.254)	(26.472)	14,3%	(49.663)	-39,1%	(119.722)	(77.371)	54,7%
Receita de multa por impuntualidade de clientes	12.785	12.123	5,5%	1.231	>100,0%	15.145	47.985	-68,4%
Outras receitas/despesas operacionais	(23.427)	(18.900)	24,0%	(37.918)	-38,2%	(96.128)	(58.832)	63,4%
Total - Gerenciáveis	(892.401)	(581.373)	53,5%	(796.640)	12,0%	(2.346.840)	(1.709.685)	37,3%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(2.402.957)	(1.446.429)	66,1%	(1.849.348)	29,9%	(5.699.197)	(4.221.715)	35,0%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

Os custos e despesas operacionais no 3T21 tiveram um incremento de 66,1% (R\$ 956,5 milhões) em relação ao 3T20. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional da Companhia alcançaram o montante de R\$ 2,0 bilhão no 3T21, o que representa um aumento de 70,5% (R\$ 841,6 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 1,5 bilhão, montante 74,6% (R\$ 645,5 milhões) superior ao registrado no 3T20 (R\$ 865,1 milhões). Os principais efeitos foram:

- aumento na rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda (R\$ 571,6 milhões) decorrente, principalmente, de maiores custos com energia comprada de Itaipu, resultado, sobretudo, da variação cambial no período, além do aumento de custo das Cotas (Lei nº 12.783/2013), e de maior encargo com risco hidrológico registrado no trimestre;
- aumento nos Encargos dos Serviços do Sistema (ESS), em um montante de R\$ 116,8 milhões, em função, sobretudo, de maior encargo por restrição operativa.

No acumulado do ano, os custos não-gerenciáveis totalizaram R\$ 3,4 bilhões, resultado 33,5% superior ao registrado no 9M20. Tal variação também é justificada pelos motivos explicados acima.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis, no 3T21, apresentaram aumento de R\$ 196,1 milhões, excluindo o efeito de custo de construção. As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Aumento de R\$ 135,9 milhões na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa explicado pela (i) crise econômica, com deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da pandemia e aumento da conta de energia, (ii) proibição de corte de energia do cliente baixa renda, (iii) aumento da taxa de juros SELIC e, (iv) aumento do custo de energia;
- Aumento de R\$ 35,0 milhões em Material e Serviços de Terceiros devido ao aumento dos custos da companhia referente a manutenção operacional em campo, visita técnica para atendimento aos clientes;
- Aumento de R\$ 33,0 em Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas motivado pela normalização da rotina de processos judiciais com o abrandamento da pandemia e efeito extraordinário de reversão de provisão ocorrido em 2020.

No acumulado do ano, os custos gerenciáveis somaram R\$ 2,3 bilhões, montante 37,3% superior que o valor registrado no mesmo período do ano passado. Excluindo-se os custos de construção o aumento registrado foi de 54,5%, ou R\$ 536,8 milhões. A variação, total, explica-se pelo:

- Aumento na Provisão para Créditos de Liquidação duvidosa no montante de R\$ 330,3 milhões em razão das justificativas da análise trimestral e do efeito negativo provocado, substancialmente, pela Lei Estadual 8.769/20 que proibiu o corte de energia aos clientes inadimplentes;
- Redução de R\$ 32,8 milhões em receita de multa por impuntualidade de clientes, em razão da suspensão da cobrança de multas e juros em decorrência do Plano de Contingência da Secretaria do Estado de Saúde do Rio de Janeiro, como consequência da pandemia.

Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 36,7 em Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas motivado pela normalização da rotina de processos judiciais com o abrandamento da pandemia.

EBITDA

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(10.731)	(53.523)	-80,0%	(61.153)	-82,5%	(26.457)	(3.949)	>100,0%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 29)	(564)	(26.361)	-97,9%	9.085	<-100,0%	31.710	(36)	<-100,0%
(+) Resultado Financeiro (NE 28)	(38.662)	163.425	<-100,0%	(2.680)	>100,0%	(61.780)	315.225	<-100,0%
(=) EBIT	(49.957)	83.541	<-100,0%	(54.748)	-8,8%	(56.527)	311.240	<-100,0%
(+) Depreciações e Amortizações	110.136	108.873	1,2%	114.052	-3,4%	343.548	308.926	11,2%
(=) EBITDA	60.179	192.414	-68,7%	59.304	1,5%	287.021	620.166	-53,7%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

EBITDA em 2021 foi impactado negativamente pela Lei Estadual 8.769/20, que proibiu o corte de energia dos clientes inadimplentes, acarretando em um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Resultado Financeiro*

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Receitas Financeiras								
Renda de Aplicação Financeira	6.628	3.367	96,9%	909	>100,0%	9.434	5.481	72,1%
Juros e atualização financeira por impuntualidade de clientes	11.738	9.924	18,3%	7.841	49,7%	28.107	33.572	-16,3%
Variações monetárias	150	7.848	-98,1%	689	-78,2%	839	14.205	-94,1%
Ativo indenizável - Marcação a Mercado	138.569	36.891	>100,0%	80.944	71,2%	309.888	49.460	>100,0%
Variação cambial de dívidas	53.256	-	-	92.313	-42,3%	378.612	-	-
Dívida - Marcação a mercado	-	1.944	-100,0%	-	-	-	3.494	-100,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	182.202	33.260	>100,0%	(103.339)	<-100,0%	473.690	381.317	24,2%
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	6.328	2.219	>100,0%	2.881	>100,0%	16.751	11.120	50,6%
Outras receitas financeiras	(1.388)	8.537	<-100,0%	3.864	<-100,0%	5.283	10.780	-51,0%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.070)	(1.945)	-45,0%	(1.257)	-14,9%	(2.815)	(3.563)	-21,0%
Total - Receitas Financeiras	396.413	102.045	>100,0%	84.845		1.219.789	505.866	>100,0%
Despesas financeiras								
Variação monetária de dívidas	(1.207)	-	-	(2.996)	-59,7%	(5.978)	-	-
Variação cambial de dívidas	(185.654)	(30.322)	>100,0%	105.244	<-100,0%	(468.014)	(375.419)	24,7%
Dívida - Marcação a mercado	-	-	-	-	-	(2.158)	-	-
Encargo de dívidas e mútuos	(50.572)	(30.710)	64,7%	(40.975)	23,4%	(124.302)	(87.689)	41,8%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(17.463)	(163.053)	-89,3%	(17.876)	-2,3%	(56.549)	(234.999)	-75,9%
Encargo de fundo de pensão	(9.731)	(7.373)	32,0%	(9.730)	0,0%	(29.192)	(22.121)	32,0%
Juros debêntures	(13.289)	(9.098)	46,1%	(8.460)	57,1%	(26.985)	(40.293)	-33,0%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(72.154)	(8.164)	>100,0%	(98.741)	-26,9%	(406.496)	(18.298)	>100,0%
Encargos com vendas de recebíveis	-	(130)	-100,0%	-	-	-	(167)	-100,0%
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(2.639)	-	-	(1.412)	86,9%	(19.142)	-	-
Outras despesas financeiras	(5.042)	(16.620)	-69,7%	(7.219)	-30,2%	(19.193)	(42.105)	-54,4%
Total - Despesas Financeiras	(357.751)	(265.470)	34,8%	(82.165)	>100,0%	(1.158.009)	(821.091)	41,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	38.662	(163.425)	<-100,0%	2.680	>100,0%	61.780	(315.225)	<-100,0%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

O resultado financeiro líquido da Enel Distribuição Rio apresentou uma receita de R\$ 38,7 milhões, montante R\$ 202,1 milhões maior em relação ao registrado no 3T20, como consequência das seguintes variações relevantes:

(i) maior receita de ativo indenizável no valor de R\$ 101,7 milhões, em razão, sobretudo, do reconhecimento dos efeitos da revisão tarifária e do aumento do IPCA que é utilizado para atualização desse ativo; parcialmente compensado por (ii) aumento de encargos de dívida e mútuos em R\$ 19,9 milhões entre os períodos.

No acumulado do ano, a receita financeira líquida da Companhia totalizou R\$ 61,8 milhões, resultado superior a despesa registrada nos 9M20 em R\$ 377,0 milhões. Essa variação explica-se, sobretudo, pela: (i) maior receita de ativo indenizável, em um montante de R\$ 260,4 milhões, (ii) menor despesa de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 178,5 milhões; parcialmente compensado por (iii) aumento de encargos de dívida e mútuos em R\$ 36,6 milhões entre os períodos.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Tributos (IR/CSLL)

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
IR e CSLL - correntes	17.893	-	-	(55.379)	<-100,0%	(100.928)	-	-
IR e CSLL - diferidos	(17.329)	26.361	<-100,0%	46.294	<-100,0%	69.218	36	>100,0%
Total	564	26.361	-97,9%	(9.085)	<-100,0%	(31.710)	36	<-100,0%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no 3T21 registraram uma redução de R\$ 25,8 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano as despesas totais, líquidas, com IR, CSLL e Incentivos fiscais registraram uma redução de R\$ 31,7 milhões. A redução observada é resultado do menor lucro tributável apurado no período quando comparado ao mesmo período de 2020.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Dívida bruta (R\$ mil)	5.461.614	4.483.610	21,8%	4.661.060	17,2%	5.461.614	4.483.610	21,8%
Dívida com Terceiros	2.326.692	2.607.128	-10,8%	2.582.029	-9,9%	2.326.692	2.607.128	-10,8%
Dívida Intercompany	3.134.923	1.876.482	67,1%	2.079.031	50,8%	3.134.923	1.876.482	67,1%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	513.773	795.376	-35,4%	328.789	56,3%	513.773	795.376	-35,4%
Dívida líquida (R\$ mil)	4.947.841	3.688.234	34,2%	4.332.271	14,2%	4.947.841	3.688.234	34,2%
Dívida Bruta / EBITDA(2)*	4,77	4,01	19,0%	4,22	13,0%	4,77	4,01	19,2%
Dívida Líquida / EBITDA(2)*	4,33	3,30	31,2%	3,93	10,2%	4,33	3,30	31,2%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,60	0,55	8,6%	0,56	7,1%	0,60	0,55	8,6%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,58	0,51	14,3%	0,54	6,3%	0,58	0,51	14,3%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

(2)* EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A dívida bruta da Companhia aumentou R\$ 978 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) novas captações no montante de R\$ 2.867 milhões para capital de giro, dos quais R\$ 106 milhões referem-se a mútuos com sua controladora Enel Brasil, R\$ 1.881 milhões referem-se a mútuos com a Enel Financial International e R\$ 880 milhões a dívida bancária; (ii) provisão de encargos e variações monetárias de R\$ 208 milhões; compensados parcialmente, por (iii) amortizações em torno de R\$ 1.985 milhões, e pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 126 milhões ocorridos entre os períodos.

A Enel Distribuição Rio encerrou o 3T21 com o custo médio de dívida no período de 5,59% a.a.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Colchão de Liquidez

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 80 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979/2018, no valor de até R\$ 1.700 milhões.

Devido às incertezas causadas pela pandemia do COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro nos anos de 2020 e 2021, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000 bilhão, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020 e, posteriormente, mais R\$ 600 milhões por meio do despacho Nº 902 de 30 de março de 2021, totalizando um montante de R\$ 3.300 milhões.

Comentário do Desempenho

Da dívida *intercompany*, o montante de R\$ 1.199 milhões, refere-se a crédito com a controladora Enel Brasil cuja exigibilidade é flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

Índices Financeiros - *Covenants*

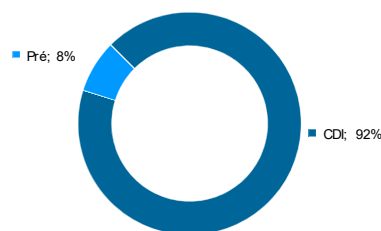
Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 18 e 19 das Informações trimestrais referentes ao terceiro trimestre de 2021, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de setembro de 2021. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido na debênture de 10ª emissão da Enel Distribuição Rio.

Cálculo dos Indicadores Financeiros*		3T21
Lucro (prejuízo) Líquido		26.416
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		(58.643)
(-) Resultado Financeiro		139.085
(-) Provisões para Contingências		(59.915)
(-) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa		(667.940)
(-) Depreciação e Amortização		(470.104)
EBITDA 12 Meses		1.143.933
Empréstimos e Financiamentos		1.295.951
Debêntures		1.001.761
Mútuos com partes relacionadas (não subordinados)		2.065.740
(-) Caixa e Equivalente de Caixa		399.045
(-) Aplicações Financeiras		114.728
(-) Depósito em garantias de financiamento		-
Dívida Financeira Líquida		3.849.679
Covenant Financeiro		
Dívida Fin. Líquida/EBITDA - Limite Máx. 3,50		3,37

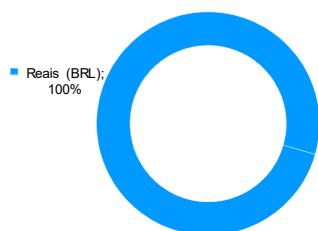
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Set/21



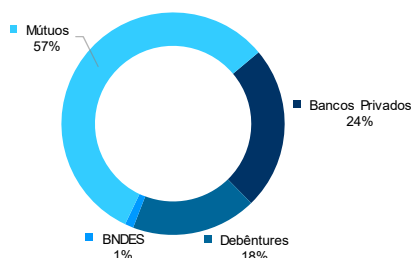
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Set/21



Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em Set/21

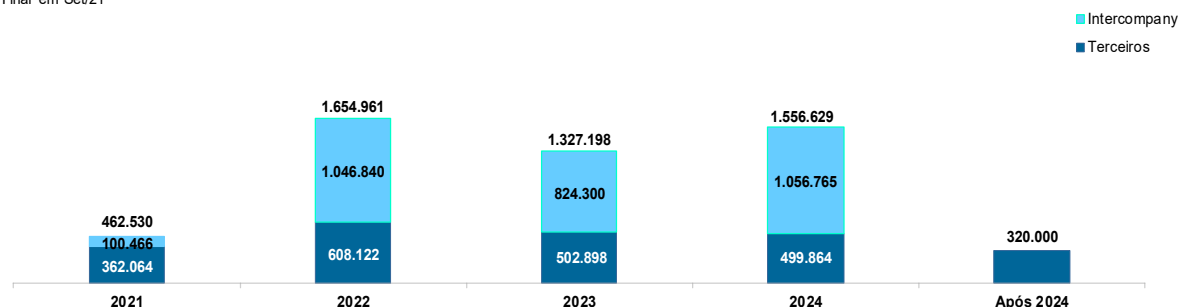


Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em Set/21



Comentário do Desempenho

Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)
Posição Final em Set/21



Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	3T21	3T20	Var. %	2T21	Var. % (1)	9M21	9M20	Var. % (2)
Novas Conexões	112.611	61.050	84,5%	119.326	-5,6%	288.152	187.713	53,5%
Rede	145.553	91.631	58,8%	97.464	49,3%	295.887	273.893	8,0%
Combate às Perdas	55.063	47.810	15,2%	46.018	19,7%	125.875	116.870	7,7%
Qualidade do Sistema Elétrico	64.961	35.576	82,6%	20.643	>100,0%	105.405	141.831	-25,7%
Adequação à carga	25.529	8.245	>100,0%	30.803	-17,1%	64.607	15.192	>100,0%
Outros	73.621	64.223	14,6%	89.256	-17,5%	192.772	154.626	24,7%
Total Investido	331.785	216.904	53,0%	306.046	8,4%	776.811	616.232	26,1%
Aportes / Subsídios / Depósitos Judiciais	-	(61)	-100,0%	-	-	-	(2.419)	-100,0%
Investimento Líquido	331.785	216.843	53,0%	306.046	8,4%	776.811	613.813	26,6%

(1) Variação entre 3T21 e 2T21 (2) Variação entre 9M21 e 9M20

No 3T21, a Companhia investiu R\$ 331,8 milhões, um aumento de 53,0% em comparação ao mesmo período do ano passado. O foco dos investimentos foi na expansão por meio de novas conexões para acompanhar o crescimento vegetativo da área de concessão, além de atividades de adequação de infraestrutura e na qualidade do sistema elétrico. Na rubrica “outros”, destacam-se também o investimento em manutenção que aumentam a vida útil dos ativos (R\$ 31,4 milhões). No acumulado do ano, a Companhia investiu R\$ 776,8 milhões, volume 26,6% maior comparado ao investido nos 9M20.

5

TEMAS RELEVANTES

Bandeiras Tarifárias vigentes

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/21 – A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,874 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

- A partir de 01/07/21 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 3,971 (patamar 1) e R\$ 9,492 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

Em função da pandemia causada pelo coronavírus, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020. Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou

Comentário do Desempenho

o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 21 a março de 21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 2021 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a ter os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 à abril de 2022, e durante este período, a tarifa será acrescida de R\$ 14,2 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2020 e até 3º trimestre de 2021, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68	DSP 1.511/20 - Suspensão do Sistema de Bandeira						DSP 3.364/20 - Reativação
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2019, a Resolução Homologatória n.º 2.655 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2020. O PLD máximo foi fixado em R\$ 559,75/MWh e o valor mínimo em R\$ 39,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2020.

Em 15 de dezembro de 2020, a Resolução Homologatória n.º 2.828 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2021. O PLD máximo foi fixado em R\$ 583,88/MWh e o valor mínimo em R\$ 49,77/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2021.

Conta-Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº 885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Comentário do Desempenho

Em 22 de julho de 2020, foram assinados os contratos entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e 16 instituições financeiras para formalizar e viabilizar os empréstimos para as distribuidoras de energia elétrica. Em 31 de julho de 2020, iniciou-se, por meio do Despacho ANEEL nº 2.177, o recebimento pelas concessionárias dos recursos da conta covid.

Em 19 de agosto de 2020, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica, e a exposição involuntária devido à pandemia. A ANEEL ainda não homologou o resultado da referida consulta.

Reajuste Tarifário Anual 2021

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 09 de março, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2021.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +12,57% composto por reajuste econômico de +16,86% e componente financeiro de -4,29%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de +6,02%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	4,93%
Energia Comprada	4,47%
Encargos de Transmissão	5,65%
Parcela A	15,15%
Parcela B	1,71%
Reajuste Econômico	16,86%
CVA Total	8,29%
Reversão Conta Covid	-14,29%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	1,71%
Reajuste Financeiro	-4,29%
Reajuste Total	12,57%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-6,54%
Efeito para o consumidor	6,02%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 22,87%, representando 15,15% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 1.086 milhões. Um aumento de 34,42%, representando 4,93% no reajuste econômico em função principalmente do encargo do PROINFA (23,97%);
- Energia Comprada: R\$ 2.561 milhões. O aumento de 10,92% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Energia Nova e Alternativa – modalidade CCEAR por disponibilidade e também da variação de preço da energia de Itaipu indexada em dólar. O aumento do custo de compra de energia representa 4,47% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 877 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 57,14%, correspondendo a um efeito de 5,65% no reajuste econômico. Sobre esse item, destaca-se a publicação das Resoluções Homologatórias nº 2.725 e 2.726, ambas de julho de 2020, as quais aprovaram, respectivamente, as novas Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de transmissão e as novas Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão.

Comentário do Desempenho

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 5,06%, representando uma participação de 1,71% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 28,94%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2021; e
- Fator X de 0,09 %, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,12%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 0,21%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0%.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de -R\$ 242 milhões, dentre os quais destacamos R\$ 468 milhões positivos referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), Sobrecontratação de R\$ 21,05 milhões, Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 158,17 milhões e Neutralidade de R\$ 121,21 milhões. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à conta Covid de -R\$ 712,62 milhões, um financeiro de adiantamento do repasse dos créditos tributários de alteração da base de cálculo de PIS/COFINS de - R\$ 386 milhões e um diferimento de R\$ 53 milhões de Parcela B.

O reajuste tarifário médio de +6,02% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	10,38%
Baixa Tensão	4,63%
Efeito Médio	6,02%

Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntária, porém sem levar em consideração às ações de máximo esforço que a ENEL Rio tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão entramos com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.930, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

Programa de Redução Voluntária de Consumo Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

Por meio da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) do Ministério de Minas e Energia, instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional.

Trata-se de programa de bônus criado pelo Governo Federal, com o propósito de incentivar os consumidores a reduzirem o seu consumo de energia em meio a atual escassez hídrica vivenciada no país. Com o bônus, além da redução do consumo em si, o consumidor receberá um desconto na conta de luz, caso consiga atingir a meta estipulada de redução de consumo. Assim, além de ajudar o país a enfrentar a escassez hídrica, ao receber o bônus o consumidor tem uma economia maior com o gasto de energia.

Comentário do Desempenho

Os consumidores aptos a participar do programa e receber o bônus são os da baixa tensão (grupo B) e os de média e alta tensão (grupo A), apenas das classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público, incluindo aqueles residenciais com benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). Os consumidores com sistema de geração distribuída (geradores e beneficiários), os consumidores especiais e livres (que adquirem energia elétrica no ambiente de contratação livre) e aqueles que não possuam histórico de consumos medidos que permita a aferição da redução, não estão aptos a participar e receber o bônus.

Para participar do Programa, o consumidor não precisa fazer cadastro ou registro na distribuidora de energia elétrica. O consumidor não está obrigado a reduzir seu consumo, sendo o programa de incentivo totalmente voluntário. Para ter direito ao bônus, o consumidor precisará reduzir o consumo de energia elétrica nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma dos consumos de energia elétrica no período seja ao menos 10% menor, em relação à soma verificada no mesmo período de 2020.

Para que os consumidores consigam acompanhar seu desempenho para ganhar o bônus, as distribuidoras de energia elétrica deverão informar a seus clientes qual é a meta de redução, com base no consumo de setembro a dezembro de 2020. Adicionalmente, também deverá ser informado aos consumidores as apurações parciais de redução, de forma clara e objetiva.

Caso seja atingida a meta de redução, o consumidor receberá um bônus de R\$ 0,50 por quilowatt-hora (kWh) do total da energia economizada entre setembro e dezembro de 2021 em relação ao mesmo período de 2020.

O consumidor somente receberá o bônus se a soma dos consumos de energia elétrica de setembro a dezembro de 2021 for inferior à soma dos mesmos meses de 2020, em pelo menos 10%. O bônus, por sua vez, é limitado a 20% da energia economizada, assim, se o consumidor economizar 30%, por exemplo, receberá o bônus limitado aos 20% economizados.

O bônus apurado será informado nas faturas de energia elétrica referente ao mês de dezembro de 2021 e creditado como abatimento do valor a pagar na fatura de energia elétrica subsequente (ciclo de janeiro de 2022).

Notas Explicativas

Formulário de Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2021

Ampla Energia e Serviços S.A.

Enel Distribuição Rio
CNPJ: 33.050.071/0001-58

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30.09.2021	31.12.2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	399.045	566.686
Títulos e valores mobiliários	6	114.728	129.555
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	1.903.860	1.843.952
Ativo financeiro setorial	10	32.864	-
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	13.009	22.015
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	146.433	38.044
Outros tributos compensáveis	9	163.489	142.473
Serviços em curso		48.810	41.256
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	330.288
Outros créditos		198.829	132.143
Total do ativo circulante		3.021.067	3.246.412
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	55.672	44.444
Ativo financeiro setorial	10	210.437	-
Depósitos vinculados	24	262.221	257.473
Outros tributos compensáveis	9	3.336.665	106.522
Tributos diferidos	30	343.093	305.138
Instrumentos financeiros derivativos	31	49.456	3.231
Ativo indenizável (concessão)	11	4.937.915	4.321.429
Imobilizado	12	81.214	101.701
Intangível	13	2.335.873	2.633.051
Ativos contratuais	14	1.089.705	619.469
Total do ativo não circulante		12.702.251	8.392.458
Total do ativo		15.723.318	11.638.870

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30.09.2021	31.12.2020
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	15	1.523.066	1.085.352
Empréstimos e financiamentos	18	913.883	925.268
Obrigações por arrendamentos	20	13.849	15.018
Debêntures	19	2.574	5.987
Salários, provisões e encargos sociais		76.309	76.609
Obrigações fiscais	16	244.871	200.161
Passivo financeiro setorial	10	-	301.498
Dividendos a pagar		57.987	57.987
Encargos setoriais	21	90.508	39.887
Instrumentos financeiros derivativos	31	21.697	103
Provisões para processos judiciais e outros riscos	24	3.597	179.662
Outras obrigações		76.454	108.903
Total do passivo circulante		3.024.795	2.996.435
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	18	3.561.577	2.681.857
Debêntures	19	999.187	998.943
Obrigações por arrendamentos	20	20.487	26.721
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	17	3.229.729	-
Obrigações fiscais	16	140.571	-
Passivo financeiro setorial	10	24.345	87.986
Instrumentos financeiros derivativos	31	12.154	-
Encargos setoriais	21	37.707	50.654
Obrigações com benefícios pós-emprego	23	403.315	590.246
Provisões para processos judiciais e outros riscos	24	638.147	605.629
Outras obrigações		5.839	9.164
Total do passivo não circulante		9.073.058	5.051.200
<u>Patrimônio líquido</u>			
	25		
Capital social		2.498.230	2.498.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		1.068.340	1.068.340
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação		62.098	1.411
Prejuízos acumulados		(26.457)	-
Total do patrimônio líquido		3.625.465	3.591.235
Total do passivo e do patrimônio líquido		15.723.318	11.638.870

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Receita líquida	27	2.353.000	5.942.579	1.529.970	4.490.071
Custo do serviço		(2.165.387)	(5.335.526)	(1.359.230)	(3.922.823)
Lucro bruto		187.613	607.053	170.740	567.248
(Despesas) receitas operacionais	28				
Despesas com vendas		(4.734)	(11.802)	(3.232)	(10.715)
Despesas gerais e administrativas		(61.316)	(161.655)	(53.224)	(179.276)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(184.444)	(505.528)	(44.695)	(118.971)
Outras receitas operacionais		12.924	15.405	13.952	52.954
Total (despesas) receitas operacionais		(237.570)	(663.580)	(87.199)	(256.008)
Resultado do serviço público de energia elétrica		(49.957)	(56.527)	83.541	311.240
Resultado financeiro	29				
Receitas financeiras		396.413	1.219.789	102.045	505.866
Despesas financeiras		(357.751)	(1.158.009)	(265.470)	(821.091)
Total resultado financeiro		38.662	61.780	(163.425)	(315.225)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(11.295)	5.253	(79.884)	(3.985)
Imposto de renda e contribuição social correntes		17.893	(100.928)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	(17.329)	69.218	26.361	36
		564	(31.710)	26.361	36
Prejuízo líquido do período		(10.731)	(26.457)	(53.523)	(3.949)
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais por ação)	26	(0,06440)	(0,15877)	(0,32120)	(0,02370)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Prejuízo líquido do período	(10.731)	(26.457)	(53.523)	(3.949)
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	112.241	(20.031)	(70.790)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	(38.162)	6.811	24.069
	-	74.079	(13.220)	(46.721)
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado				
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	(16.839)	(20.291)	4.436	6.676
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	5.725	6.899	(1.508)	(2.270)
	(11.114)	(13.392)	2.928	4.406
Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	(21.845)	34.230	(63.815)	(46.264)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Legal	Reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.498.230	2.308	20.946	135.904	1.002.891	-	697	3.660.976
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	(3.949)	-	(3.949)
Perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(70.790)	(70.790)
Tributos diferidos s/ perda de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	24.069	24.069
Ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	6.676	6.676
Tributos diferidos s/ ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	(2.270)	(2.270)
Saldos em 30 de setembro de 2020	2.498.230	2.308	20.946	135.904	1.002.891	(3.949)	(41.618)	3.614.712
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.498.230	2.308	20.946	138.350	929.990	-	1.411	3.591.235
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	(26.457)	-	(26.457)
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	112.241	112.241
Tributos diferidos s/ ganho de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(38.162)	(38.162)
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	(20.291)	(20.291)
Tributos diferidos s/ perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	6.899	6.899
Saldos em 30 de setembro de 2021	2.498.230	2.308	20.946	138.350	929.990	(26.457)	62.098	3.625.465

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	30.09.2021	30.09.2020
Atividades operacionais:		
Lucro (prejuízo) líquido do período	(26.457)	(3.949)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	505.528	41.600
Depreciação e amortização	367.365	331.412
Juros e variações monetárias	302.321	759.006
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(67.192)	(362.410)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(16.751)	(11.120)
Marcação a mercado de ativo indenizável	(309.888)	(49.460)
Valor residual de intangível e imobilizado	-	11.195
Tributos e contribuições social diferidos	(69.218)	(36)
Perda de recebíveis de clientes	119.722	77.371
Provisões para processos judiciais e outros riscos	68.125	20.884
Obrigações com benefício pós-emprego	29.935	24.587
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(696.386)	(347.545)
Subvenção CDE - desconto tarifário	10.090	(32.378)
Ativos financeiros setoriais	(226.550)	175.640
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(70.434)	4.296
Outros tributos compensáveis	(3.289.114)	(68.553)
Depósitos vinculados	(4.748)	(32.767)
Serviços em curso	(7.554)	(6.834)
Outros créditos	(60.661)	34.406
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	437.714	(35.032)
Salários, provisões e encargos sociais	(300)	28.150
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	(7.197)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.229.729	-
Obrigações fiscais	163.168	50.143
Passivos financeiros setoriais	(365.139)	198.080
Encargos setoriais	35.471	(3.592)
Outras obrigações	(35.774)	(12.779)
	23.002	783.118
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(104.625)	(52.899)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(150.014)	(8.106)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	(88.900)	(116.647)
Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	1.831	(6.821)
Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	(96.094)	(101.419)
Pagamentos de juros de arrendamento	(1.958)	(3.413)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	(416.758)	493.813
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(832.559)	(728.546)
Títulos e valores mobiliários	14.827	(161.235)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(817.732)	(889.781)
Atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.911.531	1.056.283
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.200.161)	(541.139)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(7.402)	(3.592)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	362.881	109.237
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.066.849	620.789
Variação no caixa líquido da Companhia	(167.641)	224.821
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	566.686	303.062
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	399.045	527.883

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	30.09.2021	30.09.2020
1. RECEITAS	8.816.181	7.150.936
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	9.201.987	7.192.536
Fornecimento de energia elétrica	8.361.498	6.414.824
Outras receitas	15.405	52.954
Receita relativa à construção de ativos próprios	825.084	724.758
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(385.806)	(41.600)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(5.493.660)	(3.966.433)
Materiais	(344.351)	(359.140)
Outros custos operacionais	(269.229)	(194.352)
Custo da energia comprada e transmissão	(4.016.751)	(2.689.615)
Serviços de terceiros	(863.329)	(723.326)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	3.322.521	3.184.503
4. RETENÇÕES	(367.363)	(331.412)
Depreciação e amortização	(367.363)	(331.412)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.955.158	2.853.091
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.219.789	505.866
Receitas financeiras	1.219.789	505.866
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.174.947	3.358.957
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.174.947	3.358.957
Empregados (Colaboradores)	148.400	135.077
Remunerações	83.813	76.417
FGTS	4.470	4.039
Outros encargos sociais	6.377	5.693
Previdência privada	5.845	11.856
Auxílio-alimentação	8.795	15.774
Convênio assistencial e outros benefícios	21.066	8.673
Participação nos resultados	18.034	12.625
Tributos (Governo)	2.891.287	2.407.421
Federais	339.342	381.532
Imposto de renda e contribuição social	31.710	(36)
COFINS	237.905	303.242
PIS	51.649	59.943
INSS	18.078	18.383
Estaduais	1.886.649	1.540.521
ICMS	1.886.649	1.540.477
Outros	-	44
Municipais	5.518	6.053
ISS	3.663	3.168
IPTU	1.653	1.421
Outros	202	1.464
Encargos setoriais	659.778	479.315
CDE - Conta de desenvolvimento energético	602.423	435.810
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	50.715	37.181
Taxa de fiscalização - ANEEL	6.640	6.324
Remuneração de capitais de terceiros	1.161.717	820.408
Juros	1.158.009	821.091
Aluguéis	3.708	(683)
Remuneração de capitais próprios	(26.457)	(3.949)
Prejuízo retido	(26.457)	(3.949)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”, “Ampla” ou “Enel Distribuição Rio”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede no município de Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil” ou “Enel”), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália), é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Ampla é uma empresa do Grupo Enel, multinacional de energia presente em mais de 30 países e com atuação nos segmentos de distribuição, geração e soluções de energia.

A sede da Companhia está localizada Praça Leoni Ramos nº 1, Gragoatá, Niterói, Rio de Janeiro – Brasil. Tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026. Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

1.1. Pessoas e sociedade

A Companhia adota o trabalho remoto há alguns anos e conforme a pandemia por COVID-19 persiste, o trabalho remoto é intensificado. A Companhia decidiu estender o trabalho remoto até que a pandemia termine.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo; apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19 serão mantidas.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

1.2. Monitoramento e plano estratégico

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades,

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

1.3. Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia observou uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, substancialmente explicado pela crise financeira, deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da persistência da pandemia da COVID-19.

O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela resolução normativa nº 928 emitida pela ANEEL em 26 março de 2021 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936 emitida pela ANEEL em 15 de junho de 2021), que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: consumidores classificados como baixa renda e serviços essenciais) até 30 de setembro de 2021.

Com base na resolução acima, a provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, tal estimativa é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem intensificado ações de cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte para as classes de consumo cuja a resolução normativa nº 928 (que foi prorrogada pela resolução normativa nº 936) não impedia e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, utilização de cartões de crédito como opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 07.

1.4. Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos sejam honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à COVID-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020. A bonificação será concedida na fatura de janeiro/2022 e os custos serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, sem prejuízo financeiro para a companhia. A Companhia está identificando as unidades consumidoras elegíveis e verificando seus respectivos ciclos de faturamento para atendimento à resolução e ao Ofício Circular nº 4/2021 da ANEEL, bem como o tratamento contábil dessa operação.

1.5. Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da Conta-Covid.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir do respectivo processo tarifário de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. No caso da Companhia R\$ 311.624, definido por meio do Despacho nº 939/2021. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

1.6. Perspectiva econômico-financeiro

A Companhia entende não ser possível projetar o fim da pandemia da COVID-19 e o prazo em que seus efeitos serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o aumento dos índices de vacinação e a autorização do retorno gradual de certas atividades pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

2. Apresentação das informações trimestrais

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o período findo em 30 de setembro de 2021 de acordo com o CPC 21 R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais e em conformidade com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Standards Board – IASB, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR, e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Ampla Energia e Serviços S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (última demonstração contábil anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente essas, estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 25 de outubro de 2021.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações financeiras intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

2.3 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Rio de Janeiro) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas um único segmento passível de reporte.

Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Reajuste tarifário anual**Reajuste tarifário anual de 2021**

A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 09 de março de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2021. A ANEEL aprovou um reajuste de +6,02% composto por (i) reajuste econômico de +16,86%, sendo +15,15% de Parcela A, +1,71% de Parcela B, receitas irrecuperáveis de +0,10% e (ii) componente financeiro de -4,29%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -6,54%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +6,02%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2021	
Encargos Setoriais	4,93%
Energia Comprada	4,47%
Encargos de Transmissão	5,65%
Receita Irrecuperável	0,10%
Parcela A	15,15%
Parcela B	1,71%
Reajuste Econômico	16,86%
CVA Total	8,29%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	-12,58%
Reajuste Financeiro	-4,29%
Índice de Reajuste Total	12,57%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-6,54%
Efeito Para o Consumidor	6,02%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

- (i) **Parcela A:** Reajustada em +22,9%, representando +15,15% no reajuste econômico com os seguintes componentes:
- Encargos setoriais - aumento de +34,4%, representando +4,93% no reajuste econômico em função, principalmente, da elevação devido à Conta de Desenvolvimento Energético sobre a COVID-19 ("CDE COVID") e dos encargos com o PROINFA e TFSEE;
 - Energia comprada - aumento de +10,9%, decorrente principalmente da elevação da variação do dólar relativo à Itaipu e da elevação dos montantes de energia nova e de fontes alternativas dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. O aumento do custo da compra de energia representa +4,47% no reajuste econômico;
 - Encargos de transmissão - aumento de +57,1% decorrente principalmente de novas tarifas e novas Receitas Anuais Permitidas da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando +5,65% no reajuste econômico;
 - Receitas Irrecuperáveis - aumento de +0,19% decorrente dos novos valores em relação ao ciclo anterior. Este item representou +0,10% no reajuste econômico.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) **Parcela B:** Reajustada em +5,1%, representando uma participação de +1,71% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de 4,98%, no período de 12 meses findos em fevereiro de 2021; e
- Fator X de 0,09%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de -0,12%;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de 0,21%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 4ªRTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

(iii) **Componentes financeiros:** Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de -R\$ 242.123, dentre os quais destacam-se: R\$ 467.594 positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”), neutralidade de Encargos Setoriais positivo de R\$ 118.840, Sobrecontratação positiva de R\$ 21.045, Reversão Efeito Conta-COVID negativo de -R\$ 806.237, Previsão de Risco Hidrológico positivo de R\$ 158.170.

O reajuste tarifário médio de +6,02% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo +10,38% e +4,63% para alta e baixa tensão, respectivamente.

Bandeira tarifária

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 2021 a março de 2021. O segundo trimestre foi sentido de piora do cenário hidrológico, sendo em abril de 2021 a amarela, bandeira vermelha patamar 1 acionada em maio de 2021 e em junho de 2021 acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira escassez hídrica possui vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, pela qual a tarifa será acrescida de R\$ 14,2 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

4. Principais mudanças nas políticas contábeis

As informações financeiras intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, emitidas em 23 de fevereiro de 2021, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações demonstradas a seguir:

4.1 Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente à norma internacional de contabilidade IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores,

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19. O International Accounting Standards Board (IASB) previa a concessão do aluguel até junho de 2021, porém, devido ao agravamento da pandemia de Covid-19, decidiu-se prorrogar o prazo para junho de 2022.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

4.2 Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento, mensuração e evidenciação: Reforma da taxa de referência de juros – Fase 2

A segunda fase da Reforma do Referencial de Taxa de Juros foi publicada pelo IASB, finalizando sua resposta à reforma da taxa de juros de referência. As alterações visam auxiliar as entidades a fornecerem aos investidores informações úteis sobre os efeitos da reforma em suas demonstrações financeiras.

As principais alterações nesta fase final podem ser resumidas da seguinte forma:

4.2.1 Mudanças nos fluxos de caixa contratuais:

Como expediente prático, a entidade deve aplicar o parágrafo B5.4.5 do CPC 48 para considerar essa mudança e atualizar a taxa de juros efetiva do ativo ou passivo financeiro. Para fins deste expediente prático, uma mudança é resultante da reforma se:

- necessária em consequência direta da reforma; e,
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base imediatamente anterior.

Se houver outras mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais, a entidade deve aplicar primeiro o expediente prático e depois os outros requerimentos do CPC 48.

4.2.2 Requisitos de *hedge accounting*

Quando a entidade deixar de aplicar as alterações introduzidas pela fase 1 do projeto para uma relação de *hedge*, ela deverá aplicar as seguintes exceções à respectiva relação de *hedge*:

- a entidade deve atualizar a designação formal da relação de *hedge* para refletir as mudanças da reforma. Essa alteração precisa ser feita ao final do período do reporte e não resulta na descontinuidade da contabilização de *hedge* ou na designação de uma nova relação de *hedge*;
- quando um item protegido de um *hedge* de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças da reforma, o valor acumulado na reserva de *hedge*
- de fluxo de caixa deve ser baseado na taxa de referência alternativa pela qual os fluxos de caixa futuros protegidos são determinados. Uma exceção similar é concedida para uma relação de *hedge* de fluxo de caixa cuja contabilização de *hedge* foi descontinuada;
- quando um grupo de itens é designado como item protegido e um item deste grupo é alterado para refletir as mudanças da reforma, a entidade deve separar

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

os itens protegidos em subgrupos com base na taxa de referência que está sendo protegida, e designar a taxa de referência para cada subgrupo como risco protegido. A entidade deve avaliar cada subgrupo separadamente para determinar se o subgrupo é elegível para ser um item protegido. Se um subgrupo não for elegível para ser um item protegido, a contabilização de *hedge* deve ser descontinuada prospectivamente em sua totalidade.

- se uma entidade possui expectativa razoável de que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável em um período de 24 meses, a entidade pode designar a referida taxa como um componente de risco não especificado contratualmente, mesmo que não seja separadamente identificável na data de designação.
- ao realizar uma avaliação retrospectiva da efetividade do *hedge* de acordo com o CPC 38, a entidade pode, novamente, determinar as alterações de valor justo acumuladas do item protegido e do instrumento de *hedge* para zero imediatamente após deixar de aplicar a concessão da fase 1 do projeto. Esta exceção pode ser aplicada individualmente por cada *hedge*.

4.2.3 Divulgações

Para permitir que os usuários das demonstrações financeiras entendam os efeitos da reforma sobre os instrumentos financeiros e na estratégia de gestão de riscos da entidade, as divulgações adicionais podem ser necessárias:

- como a entidade gerencia a transição para taxas de referência alternativas, incluindo informações sobre os riscos aos quais está exposta devido à transição e o estágio da transição na data das demonstrações financeiras;
- informações quantitativas sobre instrumentos financeiros indexados por taxas de referência a serem substituídas devido à reforma no final do período de reporte.
- a extensão em que sua estratégia de gestão de riscos foi alterada devido aos riscos identificados na transição.

A segunda fase da reforma não resultou em alterações materiais qualitativas ou quantitativas, uma vez que a Companhia detém uma quantidade limitada e imaterial de passivos e ativos financeiros atrelados a taxas de referências interbancárias.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2021	31.12.2020
Caixa e contas correntes bancárias	25.480	58.991
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	219.552	305.345
Operações compromissadas	149.461	196.421
	369.013	501.766
Fundos não exclusivos		
Fundos de investimentos abertos (i)	4.552	5.925
Operações compromissadas	-	4
Total de fundos de investimento não exclusivos	4.552	5.929
Total	399.045	566.686

- (i) Fundos de investimento aberto vinculado às aplicações automáticas dos saldos excedentes de caixa, o qual apresentam liquidez imediata.

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois têm como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e valores mobiliários

	30.09.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos não exclusivos	96.438	92.646
Fundos de investimentos exclusivos	18.290	36.909
Títulos públicos	11.221	31.397
LF - Letra Financeira	7.069	5.512
Total	114.728	129.555

Fundo exclusivo das Empresas do Grupo Enel, na qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 18,05% de representatividade sobre o total do mesmo em 30 de setembro de 2021 (7,11% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivos, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o *benchmark* que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação no encerramento do período findo em 30 de setembro de 2021.

7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

	A vencer	Vencidos					Total	PCE (Classe)	Clas Receber - Líquido
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Classes de consumidores:									
Residencial	230.590	291.783	41.720	169.744	280.839	771.011	1.785.687	(984.896)	800.791
Industrial	31.928	9.930	629	2.770	3.442	40.330	89.029	(46.915)	42.114
Comercial	82.384	42.495	7.762	22.548	45.168	137.936	338.293	(174.571)	163.722
Rural	7.470	8.729	852	2.909	4.783	9.126	33.869	(12.374)	21.495
Poder público	41.508	14.124	5.667	9.024	22.908	90.666	183.897	(69.536)	114.361
Iluminação pública	38.657	25.391	5.527	13.504	25.589	82.962	191.630	(61.364)	130.266
Serviço público	27.823	1.976	224	464	965	3.322	34.774	(5.618)	29.156
Fornecimento faturado	460.360	394.428	62.381	220.963	383.694	1.135.353	2.657.179	(1.355.274)	1.301.905
Receita não faturada	416.452	-	-	-	-	-	416.452	(11.173)	405.279
Parcelamento de débitos	213.174	-	-	-	-	-	213.174	(7.340)	205.834
Compartilhamento - uso mútuo	19.243	10.324	8.029	5.472	11.813	12.363	67.244	(23.958)	43.286
Agente de cobrança da iluminação pública	461	186	208	772	2.211	2.000	5.838	(2.610)	3.228
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Subtotal	1.109.690	404.938	70.618	227.207	397.718	1.153.852	3.364.023	(1.404.491)	1.959.532
								Circulante	1.903.860
								Não circulante	55.672

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos					Total 31.12.2020	PCE (Classe)	Clas Receber - Líquido
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 120 dias	de 121 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Classes de consumidores:									
Residencial	267.446	223.036	67.823	125.741	188.187	637.856	1.510.089	(740.604)	769.485
Industrial	76.409	9.845	766	2.224	3.665	47.189	140.098	(51.622)	88.476
Comercial	134.993	47.591	8.812	18.031	33.852	120.924	364.203	(130.924)	233.279
Rural	6.913	5.529	1.485	2.930	2.989	6.103	25.949	(7.342)	18.607
Poder público	44.227	18.574	6.055	14.175	21.835	62.812	167.678	(17.803)	149.875
Iluminação pública	35.623	22.467	6.164	13.433	19.018	59.659	156.364	(19.992)	136.372
Serviço público	27.762	859	171	404	637	2.543	32.376	(4.170)	28.206
Fornecimento faturado	593.373	327.901	91.276	176.938	270.183	937.086	2.396.757	(972.457)	1.424.300
Receita não faturada	304.475	-	-	-	-	-	304.475	(6.935)	297.540
Parcelamento de débitos	158.257	-	-	-	-	-	158.257	(12.272)	145.985
Compartilhamento - uso mútuo	4.509	6.802	2.634	2.334	5.982	20.778	43.039	(23.250)	19.789
Agente de cobrança da iluminação pública	-	649	157	400	380	476	2.062	(1.280)	782
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	4.136	4.136	(4.136)	-
Subtotal	1.060.614	335.352	94.067	179.672	276.545	962.476	2.908.726	(1.020.330)	1.888.396
								Circulante	1.843.952
								Não circulante	44.444

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2020	(Provisões)	Perda	30.09.2021
Consumidores e outras contas a receber	(1.020.330)	(503.883)	119.722	(1.404.491)
Outros ativos	(23.529)	(1.645)	-	(25.174)
	(1.043.859)	(505.528)	119.722	(1.429.665)
Circulante	(1.038.494)			(1.425.529)
Não Circulante	(5.365)			(4.136)
Total	(1.043.859)			(1.429.665)

Rubricas de origem	31.12.2019	(Provisões)	Perda	30.09.2020
Consumidores e outras contas a receber	(849.992)	(117.742)	76.081	(891.653)
Outros ativos	(11.600)	(15.111)	1.290	(25.421)
	(861.592)	(132.853)	77.371	(917.074)
Circulante	(817.914)			(875.255)
Não Circulante	(43.678)			(41.819)
Total	(861.592)			(917.074)

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito, como por exemplo negociações de dívidas vencidas há mais de 180 dias, com consumidores das classes Industrial e Comercial.

A Companhia, com base na sua melhor estimativa, refletiu os impactos das restrições a que foi submetida pela Resolução ANEEL 878/20, e alterações posteriores, e a Lei Estadual 8.769 de 23 de março de 2020, em vigor. Estas regras impedem à Companhia de realizar a desconexão dos clientes baixa tensão (residenciais, rurais e empresas de pequeno porte) em toda a área de concessão da Companhia. Sendo este o principal instrumento de recuperação de débitos não pagos, a inadimplência reflete os efeitos danosos que a ausência desta etapa trouxe à Companhia, o que, consequentemente, trouxe um acúmulo de dívidas vencidas há mais tempo quando comparado ao exercício anterior.

A seguir é apresentado a composição da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa de consumidores e outras contas a receber.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2021	31.12.2020
Residencial	(996.070)	(746.130)
Industrial	(46.915)	(51.739)
Comercial	(174.571)	(131.949)
Rural	(12.374)	(7.407)
Poder público	(69.536)	(17.891)
Iluminação pública	(61.364)	(20.002)
Serviço público	(5.618)	(4.274)
Parcelamento de débitos de consumidores	(7.340)	(12.272)
Outros	(30.703)	(28.666)
	(1.404.491)	(1.020.330)

8. Subvenção CDE - desconto tarifário

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras (previsão) e recebidos mensalmente pela Companhia. A diferença entre a previsão e o subsídio efetivamente apurado é verificada a cada processo tarifário, sendo que a Companhia recebe ou paga a diferença durante os 12 meses do referido processo tarifário.

	30.09.2021	31.12.2020
Baixa renda - subsidio CDE	2.956	2.547
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	1.098	18.835
CDE a receber - diferença ciclo anterior	8.955	633
	13.009	22.015

Em setembro de 2021 e dezembro de 2020, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos a previsão de Subsidio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.

9. Tributos a compensar

	30.09.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	63.396	1.560
Contribuição social	15.942	1.648
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (a)	67.095	34.836
Total	146.433	38.044

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) A variação entre os períodos se deve principalmente pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações dos instrumentos financeiros derivativos R\$ 54.909 e queda de base do IRPJ/CSLL em 2021 gerando pagamento a maior no valor de R\$ 49.000.

	30.09.2021		31.12.2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (b)	131.138	106.936	92.524	106.522
PIS e COFINS	30.459	-	20.983	-
PIS e COFINS (ICMS) (c)	-	3.229.729	-	-
Outros tributos (d)	1.892	-	28.966	-
Total	163.489	3.336.665	142.473	106.522

- b) Em 30 de setembro, o total de crédito de ICMS, está composto basicamente de, R\$ 118.823 referente à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses, R\$ 14.918 aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES e R\$ 23.789 do FEEF (Fundo estadual de equilíbrio fiscal) dos anos de 2016 a 2018, R\$ 14.643 refere-se a créditos de compra de energia, R\$ 24.730 ao pedido restituição do ICMS sobre consumo próprio, R\$ 34.450 de Incentivos culturais e R\$ 6.721 refere-se a créditos indevidos contabilizados na conta do ICMS no momento do ingresso da nota fiscal e que serão estornados.
- c) A Companhia amparada pela a decisão do STF de 13 de maio de 2021 (vide nota 17) na melhor estimativa constituiu em junho de 2021 um ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 3.229.729 no longo prazo.

A Companhia entende que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais, após o trânsito em julgado de seu processo judicial (vide nota 17).

- d) A rubrica de outros tributos é composta principalmente pelo FinSocial de 1991/1992 para o qual o ganho já foi transitado em julgado, sendo compensado em abril de 2021 o montante de R\$ 27.113.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.09.2021	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo Circulante	Ativo e passivo Não circulante
CVA	(91.719)	1.014.596	(72.117)	(192.114)	5.225	128.422	792.293	(34.254)	826.547	416.385	375.908
Aquisição de energia - (CVAenerg) (ii)	(116.523)	802.962	(94.263)	(81.619)	6.224	86.627	603.408	(65.081)	668.489	299.385	304.023
Proinfa	2.182	2.699	(1.397)	-	39	(1.036)	2.487	2.488	(1)	2.488	(1)
Transporte rede básica	9.713	40.651	(7.138)	-	493	(9.353)	34.366	(5.726)	40.092	16.132	18.234
Transporte de energia - Itaipu	232	1.056	(2.360)	-	237	524	(311)	(997)	686	(623)	312
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER (i)	1.391	137.707	22.978	(110.495)	(684)	68.706	119.603	18.873	100.730	73.791	45.812
Conta de desenvolvimento energético - CDE	11.286	29.521	10.063	-	(1.084)	(17.046)	32.740	16.189	16.551	25.212	7.528
Demais passivos financeiros setoriais	(297.765)	(261.251)	277.799	(156.082)	(7.616)	(128.422)	(573.337)	(155.965)	(417.372)	(383.521)	(189.816)
Neutralidade da parcela A	61.398	38.923	(31.036)	-	600	(12.987)	56.898	24.161	32.737	42.010	14.888
Sobrecontratação de energia	(31.992)	(93.622)	57.403	(156.082)	(3.142)	(89.846)	(317.281)	(31.970)	(285.311)	(187.523)	(129.758)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(29.358)	(21.388)	22.014	-	(1.491)	-	(30.223)	(12.316)	(17.907)	(22.080)	(8.143)
Antecipação da parcela B	(127.794)	-	54.612	-	-	34.174	(39.008)	(39.008)	-	(39.008)	-
Risco hidrológico	(218.184)	(126.523)	151.814	-	(3.003)	13.477,00	(182.419)	(89.059)	(93.360)	(139.959)	(42.460)
Outros	48.165	(58.641)	22.992	-	(580)	(73.240)	(61.304)	(7.773)	(53.531)	(36.961)	(24.343)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(389.484)	753.345	205.682	(348.196)	(2.391)	-	218.956	(190.219)	409.175	32.864	186.092

- (i) ESS (Encargo de Serviço do Sistema): O diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao maior despacho da geração fora da ordem de mérito no período, ocasionado pelo pior cenário hidrológico e baixo nível de armazenamento, compensado pela restituição do saldo excedente de EER (Encargo de Energia de Reserva) através do CONER (Conta de Energia de Reserva) devido ao aumento do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Energia: O diferimento ativo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente ao aumento do risco hidrológico, devido a menor geração das usinas hidroelétricas no período, combinado com um aumento do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), compensado pela redução da taxa de câmbio de energia Itaipu, que no período findo em 30 de setembro de 2021 foi de R\$ 5,44.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Ativo (passivo) financeiro setorial Líquido	31.12.2019	Adição	Amortização	Conta - COVID	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.09.2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
CVA	237.986	209.638	(223.912)	(263.841)	(38.359)	5.250	-	(73.238)	111.298	(184.536)	10.689	(83.927)
Aquisição de energia - (CVAenerg)	390.141	256.484	(314.151)	(335.971)	(38.359)	12.899	-	(28.957)	174.102	(203.059)	63.393	(92.350)
Proinfa	(1.109)	(2.215)	1.580	2.970	-	(60)	-	1.166	(1.813)	2.979	(188)	1.354
Transporte rede básica	29.316	58.451	(17.817)	(53.053)	-	611	-	17.508	13.158	4.350	15.529	1.979
Transporte de energia - Itaipu	8.765	7.931	(5.469)	(9.193)	-	162	-	2.196	3.452	(1.256)	2.767	(571)
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	(116.031)	(105.255)	82.531	82.296	-	(3.530)	-	(59.989)	(46.940)	(13.049)	(54.054)	(5.935)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(73.096)	(5.758)	29.414	49.110	-	(4.832)	-	(5.162)	(30.661)	25.499	(16.758)	11.596
Demais passivos regulatórios	(73.466)	(15.554)	123.449	(153.251)	-	3.462	(9.482)	(124.842)	(38.924)	(85.918)	(85.768)	(39.074)
PIS/COFINS alíquota efetiva	9.266	-	-	-	-	-	(9.266)	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	7.601	88.527	4.873	(45.714)	-	927	-	56.214	(6.975)	63.189	27.476	28.738
Sobrecontratação de energia	(29.733)	35.245	82.508	(107.537)	-	(1.583)	(14.913)	(36.013)	(31.602)	(4.411)	(34.007)	(2.006)
Devoluções tarifárias	(41.530)	(21.196)	20.077	-	-	(319)	14.989	(27.979)	(16.052)	(11.927)	(22.554)	(5.425)
Risco hidrológico	(151.012)	(162.640)	110.564	-	-	(2.125)	-	(205.214)	(67.825)	(137.389)	(142.730)	(62.484)
Outros	131.942	44.510	(94.573)	-	-	6.562	(292)	88.150	83.530	4.620	86.047	2.103
Total ativo (passivo) regulatório líquido	164.520	194.084	(100.463)	(417.092)	(38.359)	8.712	(9.482)	(198.080)	72.374	(270.454)	(75.079)	(123.001)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo indenizável (concessão)

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão. Em setembro de 2021, realizamos a reclassificação entre grupos do ativo fixo para melhor adequação de cada conceito, sem apresentarem impactos significativos na depreciação e amortização. Abaixo demonstrativo na mutação:

	Ativo indenizável
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.613.155
Transferências do ativo contratual	307.235
Marcação a mercado	49.460
Saldo em 30 de setembro de 2020	3.969.850
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.321.429
Transferências do ativo contratual	213.593
Transferências do ativo intangível	84.353
Transferências do ativo imobilizado	14.677
Transferências para outros ativos	(6.025)
Marcação a mercado	309.888
Saldo em 30 de setembro de 2021	4.937.915

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

12. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2020	Adição	Depreciação / Amortização	Transferência	30.09.2021
Imobilizado em serviço					
Terrenos	-	-	-	270	270
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	675	-	-	20.574	21.249
Máquinas e equipamentos	138.776	-	-	(65.844)	72.932
Veículos	-	-	-	2.238	2.238
Móveis e utensílios	42.040	-	-	(17.103)	24.937
Subtotal	181.491	-	-	(59.865)	121.626
Depreciação acumulada					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(129)	-	(464)	(11.889)	(12.482)
Máquinas e equipamentos	(101.920)	-	(2.197)	47.044	(57.073)
Veículos	-	-	(29)	(2.131)	(2.160)
Móveis e utensílios	(23.297)	-	(1.506)	4.179	(20.624)
Subtotal	(125.346)	-	(4.196)	37.203	(92.339)
Imobilizado em curso					
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	-	3.699	-	4.171	7.870
Máquinas e equipamentos	5.544	-	-	5.834	11.378
Veículos	-	-	-	1.057	1.057
Móveis e utensílios	6.932	1.287	-	(3.077)	5.142
Subtotal	12.476	4.986	-	7.985	25.447
Total do imobilizado	68.621	4.986	(4.196)	(14.677)	54.734
Ativo de direito de uso					
Terrenos	637	-	(121)	(2)	514
Imóveis	32.443	-	(6.479)	2	25.966
Subtotal	33.080	-	(6.600)	-	26.480
Total	101.701	4.986	(10.796)	(14.677)	81.214

	31.12.2019	Depreciação / Amortização	Adição	Baixas	Remensuração	Transferência	30.09.2020
Imobilizado em serviço							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	675	-	-	-	-	-	675
Máquinas e equipamentos	130.228	-	-	(1.131)	-	1.815	130.912
Móveis e utensílios	36.212	-	-	-	-	3.390	39.602
Subtotal	167.115	-	-	(1.131)	-	5.205	171.189
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(87)	(32)	-	-	-	-	(119)
Máquinas e equipamentos	(96.013)	(5.390)	-	1.131	-	-	(100.272)
Móveis e utensílios	(20.719)	(1.827)	-	-	-	-	(22.546)
Subtotal	(116.819)	(7.249)	-	1.131	-	-	(122.937)
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	6.411	-	1.660	-	-	(1.815)	6.256
Móveis e utensílios	6.932	-	3.390	-	-	(3.390)	6.932
Subtotal	13.343	-	5.050	-	-	(5.205)	13.188
Total do imobilizado	63.639	(7.249)	5.050	-	-	-	61.440
Ativo de direito de uso							
Terrenos	938	(202)	-	-	(39)	-	697
Imóveis	41.069	(7.142)	300	-	500	-	34.727
Veículos e outros meios de transporte	1.247	(1.247)	-	-	-	-	-
Subtotal	43.254	(8.591)	300	-	461	-	35.424
Total	106.893	(15.840)	5.350	-	461	-	96.864

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cív. e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de setembro de 2021:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	4,58
Imóveis	2,49
Veículos e outros meios de transporte	0,08

13. Intangível

	30.09.2021			31.12.2020
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	6.401.905	(4.012.263)	(175.200)	2.214.442
Software	337.107	(217.326)	-	119.781
Bens de renda	21.876	(20.226)	-	1.650
Total	6.760.888	(4.249.815)	(175.200)	2.335.873

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em Serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.246.237	(3.437.577)	(158.944)	2.649.716
Baixas	(23.415)	12.220	-	(11.195)
Amortização	-	(329.546)	13.974	(315.572)
Transferência dos ativos contratuais	364.831	-	-	364.831
Saldo em 30 de setembro de 2020	6.587.653	(3.754.903)	(144.970)	2.687.780
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.576.472	(3.803.109)	(140.312)	2.633.051
Baixas	-	-	-	-
Amortização	-	(373.180)	16.611	(356.569)
Transferência dos ativos contratuais	143.744	-	-	143.744
Transferência para o ativo indenizável	40.672	(73.526)	(51.499)	(84.353)
Saldo em 30 de setembro de 2021	6.760.888	(4.249.815)	(175.200)	2.335.873

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

14. Ativos Contratuais

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Em 30 de setembro de 2021 os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,11% a.a. (em 31 de dezembro de 2020 de 4,27% a.a.)

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2021		31.12.2020
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Em Curso			
Direito de uso da concessão	1.078.216	(101.993)	976.223
Software	113.482	-	113.482
Total	1.191.698	(101.993)	1.089.705

	Em Curso		
	Custo	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	901.918	(100.841)	801.077
Adições	724.649	(1.153)	723.496
Capitalização de juros de empréstimos	1.262	-	1.262
Transferências para ativo intangível	(364.831)	-	(364.831)
Transferências para ativo indenizável	(307.235)	-	(307.235)
Saldo em 30 de setembro de 2020	955.763	(101.994)	853.769
Saldo em 31 de dezembro de 2020	721.462	(101.993)	619.469
Adições	827.178	-	827.178
Capitalização de juros de empréstimos	395	-	395
Transferências para ativo intangível	(143.744)	-	(143.744)
Transferências para ativo indenizável	(213.593)	-	(213.593)
Saldo em 30 de setembro de 2021	1.191.698	(101.993)	1.089.705

15. Fornecedores

	30.09.2021	31.12.2020
Compra de Energia	695.102	504.735
Compra de Energia com partes relacionadas	1.612	1.292
Encargo de Uso da Rede	123.820	198.086
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	432	418
Total energia	820.966	704.531
Materiais e serviços	579.955	291.569
Materiais e serviços com partes relacionadas	122.145	89.252
Total fornecedores	1.523.066	1.085.352

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações fiscais

	30.09.2021			31.12.2020
	Circulante	Não circulante	Total	
Obrigações fiscais federais				
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	74.076	140.571	214.647	43.824
Programa de integração social - PIS	9.205	-	9.205	9.379
INSS s/ terceiros	7.743	-	7.743	7.253
Outros tributos e contribuições	5.565	-	5.565	7.508
Subtotal - Federais	96.589	140.571	237.160	67.964
Obrigações fiscais estaduais				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	136.598	-	136.598	128.233
Subtotal - Estaduais	136.598	-	136.598	128.233
Obrigações fiscais municipais				
Imposto sobre serviços - ISS (b)	7.940	-	7.940	1.755
Outros tributos e contribuições	3.744	-	3.744	2.209
Subtotal - municipais	11.684	-	11.684	3.964
Total circulante - outros tributos a pagar	244.871	140.571	385.442	200.161

- a) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido por decêndio, conforme Decreto nº 45520/2015. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 25 do próprio mês da apuração. Do montante em 30 de setembro de 2021 de R\$ 136.598 (R\$ 128.233 em 31 de dezembro de 2020), são principalmente referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

a.1) Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários (PEP-ICMS)

Foi verificado no faturamento de alguns clientes, do período de Jan/18 a Dez/20, uma base de cálculo de ICMS incorreta. Com isto, foi cobrado destes clientes e pago ao Estado do Rio de Janeiro valor de ICMS inferior ao devido. Assim foi indicado o pagamento do imposto, o qual foi realizado por meio de adesão ao Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários (PEP-ICMS) que prevê a redução de penalidades. A adesão foi realizada para parcelamento em 6 vezes, com redução de 80% da multa. O valor do débito parcelado foi no montante total de R\$ 13.222 e a Companhia já pagou 5 parcelas no total de R\$ 11.168.

- b) O saldo em 30 de setembro de 2021 é composto, basicamente, pela provisão do imposto sobre serviços das notas fiscais ingressadas e faturadas nos meses de maio e junho e que está sendo recolhido aos municípios ao longo do trimestre.

17. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017 o Superior Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, constituiu em junho de 2021 ativo de PIS e de COFINS a recuperar que atualizado corresponde ao montante de R\$ 3.229.728.888 e passivo a repassar aos consumidores de igual valor, por entender que os valores a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

A Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias a ser definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.09.2021	31.12.2020
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo não circulante</u>	9	3.229.729	-
Total do ativo		3.229.729	-
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo não circulante</u>	17	3.229.729	-
Total do passivo		3.229.729	-
		30.09.2021	31.12.2020
Resultado			
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	27	(2.055.395)	-
PIS/COFINS - tributo a compensar	27	2.055.395	-
Impacto líquido		-	-
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		1.174.334	-
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(1.174.334)	-
Impacto líquido		-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Constituição	2.055.395	2.055.395
Atualização	1.174.334	1.174.334
Saldo em 30 de setembro de 2021	3.229.729	3.229.729

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação, com exceção do empréstimo com o Citibank que tem seu valor justo por meio do resultado (existe um instrumento de proteção classificado como *fair value hedge*, contrato encerrado em 29 de março de 2021).

	30.09.2021						31.12.2020					
	Circulante			Não Circulante			Circulante			Não Circulante		
	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Moeda estrangeira:												
Citibank N.A (II)	-	-	-	-	-	-	36	501.246	501.282	-	-	-
Itaú BBA International PLC	-	-	-	-	-	-	8.180	392.975	401.155	-	-	-
Scotiabank 4131 III	449	-	449	-	199.900	199.900	-	-	-	-	-	-
Scotiabank 4131 IV	162	-	162	-	119.940	119.940	-	-	-	-	-	-
Scotiabank 4131 V	1.939	356.858	358.797	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BNP PARIBAS 4131 II	953	-	953	-	212.443	212.443	74	-	74	-	203.792	203.792
Total	3.503	356.858	360.361	-	532.283	532.283	8.290	894.221	902.511	-	203.792	203.792
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas												
Enel Finance International N.V. III, IV e V	2.347	-	2.347	-	945.625	945.625	-	-	-	-	-	-
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	2.347	-	2.347	-	945.625	945.625	-	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	5.850	356.858	362.708	-	1.477.908	1.477.908	8.290	894.221	902.511	-	203.792	203.792
Moeda nacional:												
Financiamentos												
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME	17	8.257	8.274	-	5.505	5.505	26	8.257	8.283	-	11.697	11.697
BNP PARIBAS 4131	5.133	400.000	405.133	-	-	-	13.720	-	13.720	-	400.000	400.000
Financiamentos - Moeda nacional	5.150	408.257	413.407	-	5.505	5.505	13.746	8.257	22.003	-	411.697	411.697
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas												
Enel Brasil Mútuo Subordinado 52, 54 e 55 (vide nota 22)	-	-	-	3.459	296.840	300.299	-	-	-	-	202.598	202.598
Enel Brasil Mútuo 55 (vide nota 22)	-	-	-	47.865	750.000	797.865	-	-	-	17.853	1.095.917	1.113.770
Enel Brasil Mútuo 56 (vide nota 22)	-	100.466	100.466	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Finance International N.V. I e II	37.302	-	37.302	-	980.000	980.000	754	-	754	-	750.000	750.754
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	37.302	100.466	137.768	51.324	2.026.840	2.078.164	754	-	754	17.853	2.048.515	2.066.368
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	42.452	508.723	551.175	51.324	2.032.345	2.083.669	14.500	8.257	22.757	17.853	2.460.212	2.478.065
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	48.302	865.581	913.883	51.324	3.510.253	3.561.577	22.790	902.478	925.268	17.853	2.664.004	2.681.857

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.036.946	419.954	223.857	695.310	903.661
Captações	56.283	850.000	150.000	-	1.056.283
Encargos provisionados	32.017	31.194	24.478	-	87.689
Encargos pagos	(35.366)	-	(30.396)	-	(65.762)
Variação monetária e cambial	-	-	252.105	123.314	375.419
Transferências	994.430	(994.430)	818.624	(818.624)	-
Amortizações	(81.900)	-	(459.239)	-	(541.139)
Juros incorporados ao principal	-	(5.334)	-	-	(5.334)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(3.495)	-	(3.495)
Saldo em 30 de setembro de 2020	2.002.410	301.384	975.934	-	3.279.728
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.757	2.478.065	902.511	203.792	3.607.125
Captações	-	330.466	360.000	1.221.065	1.911.531
Encargos provisionados	68.369	36.416	16.713	2.804	124.302
Encargos pagos	(37.398)	-	(21.499)	-	(58.897)
Variação monetária e cambial	-	-	36.422	52.980	89.402
Transferências	761.278	(761.278)	2.733	(2.733)	-
Amortizações	(263.831)	-	(936.330)	-	(1.200.161)
Ajuste a valor de mercado	-	-	2.158	-	2.158
Saldo em 30 de setembro de 2021	551.175	2.083.669	362.708	1.477.908	4.475.460

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

30.09.2021				
2022	2023	2024	2025	Total não Circulante
1.261.347	864.535	1.064.530	319.841	3.510.253

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
Scotiabank III	200.000	01/02/2021	03/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank IV	120.000	26/02/2021	26/02/2025	1,39%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Scotiabank V	360.000	25/03/2021	15/12/2021	1,04%	Bullet	Bullet	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
EFI - Credit Agreement II	230.000	15/04/2021	17/04/2023	1,06%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. III	294.500	01/07/2021	01/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. IV	299.800	08/07/2021	10/07/2023	1,29%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V. V	306.765	03/09/2021	03/09/2024	1,53%	Bullet	Anual	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 56	100.466	30/09/2021	16/11/2021	CDI + 1%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	Garantia
BNP PARIBAS 4131	400.000	04/02/2019	07/02/2022	8,40%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil
Enel Brasil Mútuo Subordinado (vide nota 21)	191.214	29/12/2015	11/12/2022	CDI + 0,57%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNDES (Capex 2012-2013) FINAME, A, B e F	73.625	15/08/2013	15/05/2023	3,00%	Mensal	Mensal	79%	Financiamento do CAPEX 2012/2013	Recebíveis
Enel Brasil Mútuo 54 (vide nota 21)	100.000	18/06/2020	11/12/2022	CDI + 2,10%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Brasil Mútuo 55	750.000	07/07/2020	11/12/2022	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
Enel Finance International N.V.	750.000	21/12/2020	22/01/2024	CDI + 1,41%	Bullet	Bullet	100%	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A
BNP PARIBAS 4131 II	199.999	23/12/2020	23/12/2022	1,63%	Bullet	Semestral	100%	Capital de Giro	Enel Brasil

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, empréstimo com o Itaú BBA Internacional PLC e Scotiabank, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Bancário Líquido Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual

Contratos BNDES 2012 e 2013:

- Endividamento bancário líquido corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

Contratos Itaú BBA.

- Endividamento financeiro líquido considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), excluindo a dívida subordinada com parte relacionada, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixa de títulos incobráveis (últimos 12 meses).

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Debêntures

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	30.09.2021				31.12.2020			
	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Total	Principal		Encargos	Total	Principal	
1ª série - 10ª emissão	2.574	2.574	1.000.000	1.002.574	5.987	5.987	1.000.000	1.005.987
(-) Custo de transação	-	-	(813)	(813)	-	-	(1.057)	(1.057)
Total de debêntures	2.574	2.574	999.187	1.001.761	5.987	5.987	998.943	1.004.930

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2019	615.915	998.618	1.614.533
Encargos provisionados	40.293	-	40.293
Encargos pagos	(52.147)	-	(52.147)
Apropriação custo de transação	777	244	1.021
Em 30 de setembro de 2020	604.838	998.862	1.603.700
Em 31 de dezembro de 2020	5.987	998.943	1.004.930
Encargos provisionados	26.985	-	26.985
Encargos pagos	(30.398)	-	(30.398)
Apropriação custo de transação	-	244	244
Em 30 de setembro de 2021	2.574	999.187	1.001.761

A seguir é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2022	2023	2024	Total
1ª série - 10ª emissão	-	500.000	500.000	1.000.000
(-) Custo de transação	(136)	(542)	(135)	(813)
Total a amortizar	(136)	499.458	499.865	999.187

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	Pagamento de juros	Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª série - 10ª emissão	1.000.000	15/04/2019	15/03/2023	15/03/2024	Semestral	108% CDI	Semestral - à partir de 15/03/2023	1.000	Refinanciamento dívida

A Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras, os quais foram atingidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

10ª emissão	
Obrigações especiais financeiras	Limite
Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50

- Endividamento financeiro líquido: significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, *intercompany*; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis (últimos 12 meses).

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Obrigações por arrendamentos

Os saldos em 30 de setembro de 2021 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	30.09.2021	Valor Nominal 30.09.2021	31.12.2020	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigações por arrendamento:							
Terrenos	831	1.081	940	01/01/2030	55	Mensal	de 8,55% a.a até 12,94% a.a
Imóveis	33.314	39.758	40.766	20/12/2027	30	Mensal	de 4,76% a.a até 11,78% a.a
Veículos e outros meios de transporte	191	192	33	31/10/2021	1	Mensal	8,97% a.a
Total	34.336	41.031	41.739				
Circulante	13.849	16.099	15.018				
Não circulante	20.487	24.931	26.721				
	34.336	41.030	41.739				

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante se apresenta da seguinte forma:

	30.09.2021		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2021	16.099	(2.250)	13.849
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	24.506	(4.413)	20.093
Até 2 anos - 2022	6.171	(1.745)	4.426
Até 3 anos - 2023	6.126	(1.364)	4.762
Até 4 anos - 2024	6.106	(941)	5.165
Até 5 anos - 2025	6.103	(363)	5.740
2026 em diante	426	(32)	394
Total circulante e não circulante	41.031	(6.695)	34.336

A seguir é apresentada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.759	33.888	46.647
Adições	-	300	300
Remensuração	-	461	461
Pagamentos - Principal	(3.592)	-	(3.592)
Pagamentos - Juros	(3.413)	-	(3.413)
Transferências	6.847	(6.847)	-
Encargos provisionados	2.446	-	2.446
Saldo em 30 de setembro de 2020	15.047	27.802	42.849
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.018	26.721	41.739
Pagamentos - Principal	(7.402)	-	(7.402)
Pagamentos - Juros	(1.958)	-	(1.958)
Transferências	6.234	(6.234)	-
Encargos provisionados	1.957	-	1.957
Saldo em 30 de setembro de 2021	13.849	20.487	34.336

21. Encargos setoriais

	30.09.2021	31.12.2020
Conta de desenvolvimento energético - CDE - CONTA COVID (a)	25.969	-
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	60.088	47.574
Pesquisa e desenvolvimento- ("P&D")	41.239	42.112
Outros	919	855
Total	128.215	90.541
Circulante	90.508	39.887
Não Circulante	37.707	50.654

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 27. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

- a) Valor a ser repassado à CCEE através de amortização mensal pelos próximos 5 anos do encargo CDE - Conta Covid, por meio do Despacho nº 939/2021, relativo ao empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgações de partes relacionadas.

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	30.09.2021			31.12.2020			Receita (Despesa)	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	30.09.2021	30.09.2020
Benefícios pós-emprego	Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	-	-	382.497	-	-	568.521	(28.322)	(23.279)
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	270	-	-	48	-	-	260	460
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	7.838	-	-	3.614	-	(5.907)	(4.699)
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A	Março de 2020 a Março de 2025	-	46.999	-	-	24.334	-	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Fevereiro de 2024	-	619	-	3.851	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil		1.221	-	-	627	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A		-	58.669	-	-	55.110	-	-	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	-	635	-	-	629	-	(5.568)	(5.577)
	ENEL Green Power Parapananema		-	82	-	-	80	-	(705)	(673)
	ENEL Green Power Mourão		-	24	-	-	23	-	(203)	(193)
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	94	-	-	102	-	(691)	(661)
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	73	-	-	79	-	(462)	(443)
	ENEL Green Power Salto do Apiacás S.A		-	154	-	-	168	-	(1.140)	(1.091)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	239	-	-	98	-	(920)	(866)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	311	-	-	113	-	(854)	(804)
	Enel Trading Brasil S.A.		-	-	-	-	-	-	(6.774)	-
Suprimento de energia - MVE	ENDESA S.A.	Até o final da concessão	-	162	-	-	162	-	-	
Reembolso de despesas de viagens (projetos)	ENEL CIEN S.A.	20/10/2009	-	432	-	-	418	-	-	
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	-	-	-	-	(3.777)	(3.481)	
Dividendos	ENEL Brasil S.A	Dezembro de 2019 a dezembro de 2020	-	57.878	-	-	57.878	-	-	
Mútuo	ENEL Brasil S.A	Vide nota 18	25.910	151.790	1.046.840	24.937	-	1.316.368	(42.376)	(36.526)
Comissão de Fiança	Enel Finance International N.V.		-	39.649	1.925.625	-	754	750.000	(83.455)	-
	ENEL Brasil S.A	07/02/2022	-	714	-	-	2.193	-	(4.135)	(5.094)
Reembolso expatriados	ENEL SPA	Até o final da concessão	298	1.471	-	298	390	-	(1.081)	(175)
	E-DISTRIBUTIE MUNTENIA SA		444	-	-	302	-	-	142	245
	ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORK		-	886	-	-	129	-	(758)	(739)
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços	ENEL Ibérica SLR	Até o final da concessão	-	1.387	-	-	1.387	-	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO N° 338, de 06 de fevereiro de 2019. (*)	ENEL Distribuição Ceará - COELCE	Fevereiro de 2024	2.782	232	-	2.636	232	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		847	-	-	781	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		48	377	-	28	377	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		7.644	251	-	5.304	251	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		865	1.146	-	540	1.158	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		56	183	-	13	183	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		5.989	1.925	-	-	1.925	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		-	79	-	79	-	-	-	-
	TOTAL DE PARTES RELACIONADAS			46.453	374.220	3.354.962	39.444	151.787	2.634.889	(186.726)
(-) Benefícios pós-emprego			-	-	382.497	-	-	568.521	(28.322)	(23.279)
			46.453	374.220	2.972.465	39.444	151.787	2.066.368	(158.404)	(60.316)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020.

(*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem

Mútuos

As operações foram contratadas conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia possui quatro operações de mútuos vigentes com a sua controladora Enel Brasil e cinco operações com a Enel Finance International N.V (controle comum), conforme detalhados a seguir:

a) Mútuo subordinado

Mútuo 52: Operação contratada em 29 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 191.540 de acordo com a anuência anterior (nº 2.559) a uma taxa de CDI + 1,65% a.a. Em 07 de agosto de 2019 a Companhia realizou a novação dessa operação com uma nova anuência da ANEEL nº 2.979, alterando a taxa do contrato para CDI + 0,57% a.a. e a data de vencimento para 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia renovou a operação até 31 de março de 2020, e nessa data com necessidade de capital de giro, renovou a operação com nova data de vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 1.054. O saldo desse mútuo em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 208.561 (R\$ 202.598 em 31 de dezembro de 2020).

Mútuo 54: Em 18 de junho de 2020 a Companhia com necessidade de capital de giro captou um novo mútuo com a Enel Brasil de acordo com anuência nº 2.979, no montante de R\$ 100.000 com vencimento em 11 de dezembro de 2022 a uma taxa de CDI + 2,10 a.a. Este instrumento está isento de IOF, conforme Decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020. Em 29 de janeiro de 2021 a Companhia pagou parcialmente o montante de R\$ 11.721. O saldo

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

desse mútuo em 30 de setembro de 2021 era de R\$ 91.738 (R\$ 102.303 em 31 de dezembro de 2020).

Mútuo 55: Em 30 de setembro, o montante total desse contrato de R\$ 797.865 passou a ser subordinado.

b) Mútuo não subordinado

Mútuo 53: Em 10 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a novação dos mútuos não subordinados que possui com sua controladora Enel Brasil, os 12 mútuos que a Companhia possuía com vencimento em 10 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 788.003, com taxa de CDI + 2,75% que foram contratados de acordo com a anuência da ANNEL nº 3.994, foram novados em uma única operação no mesmo montante das operações vencidas R\$788.003, com vencimento em 31 de março de 2020 e a taxa de CDI + 0,7% de acordo com a anuência nº 2.979.

Em 31 de março de 2020 a Companhia, com necessidade de capital de giro, renovou a operação com uma nova data de vencimento para 30 de junho de 2020. Nessa renovação a Companhia realizou um custo de IOF no montante de R\$ 3.009. Em 30 de junho de 2020, o referido mútuo foi aditado, alterando seu vencimento para 11 de dezembro de 2022. Nessa renovação a Companhia ficou isenta de custo de IOF respaldado pelo decreto nº 10.305 de 1º de abril de 2020.

Em 21 de dezembro de 2020 houve o pagamento parcial de principal e juros no montante de R\$ 575.138, sendo recolhido o IR de R\$ 5.129. O saldo desse mútuo em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 246.043.

Conforme previsão contratual, a operação foi liquidada em 29 de janeiro de 2021.

Mútuo 56: Em 30 de setembro de 2021, a Companhia contraiu novo mútuo junto a sua controladora Enel Brasil para cobertura de capital de Giro no curto prazo, no montante de R\$ 100.466.

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement): Em 21 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$750.000 com vencimento em 22 de janeiro de 2024 a uma taxa de CDI + 1,41 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio dos despachos Nº 2.979 e Nº 1.923, de 11 de dezembro de 2018 e 01 de julho de 2020, respectivamente. O saldo desse mútuo em 30 de setembro de 2021 era de R\$ 767.181 (R\$ 750.754 em 31 de dezembro de 2020).

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) II: Em 15 de abril de 2021, a Companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro, em reais, com a Enel Finance International N.V no valor de R\$230.000 com vencimento em 17 de abril de 2023 a uma taxa de CDI + 1,06 a.a. A operação foi aprovada pelo Conselho de Administração, de acordo com as disposições estatutárias, e contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio dos despachos Nº 2.979 e Nº 1.923, de 11 de dezembro de 2018 e 01 de julho de 2020, respectivamente. O saldo desse mútuo em 30 de setembro de 2021 era de R\$ 232.338

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) III: Em 28 de junho de 2021 a companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

externa (Lei nº 4.131) no montantes de EUR 50.000 cada, correspondente a R\$ 294.500. O mútuo possui taxa fixa de 1,2941% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 03 julho de 2023. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,53% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas. Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) IV: Em 05 de julho de 2021 a companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montantes de EUR 50.000 cada, correspondente a R\$ 299.800. O mútuo possui taxa fixa de 1,2941% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 10 julho de 2023. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,665% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas.

Enel Finance International N.V. (EFI – Credit Agreement) V: Em 26 de agosto de 2021 a companhia celebrou instrumento particular de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) no montantes de EUR 50.000 cada, correspondente a R\$ 306.765. O mútuo possui taxa fixa de 1,5294% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 03 setembro de 2024. Para mitigar o risco dessas operações à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,79% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas.

	30.09.2021				31.12.2020		
	Circulante		Não circulante		Circulante	Não circulante	
	Encargo	Principal	Encargo	Principal	Encargo	Encargo	Principal
Empréstimos com partes relacionadas							
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	-	51.324	1.046.840	-	-	202.598
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	-	100.466	-	-	-	17.853	1.095.917
Enel Finance International N.V. I e II	37.302	-	-	980.000	754	-	750.000
Enel Finance International N.V. III, IV e V	2.347	-	-	945.625	-	-	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	39.649	100.466	51.324	2.972.465	754	17.853	2.048.515
	30.09.2021	30.09.2020					
Encargos de empréstimos com partes-relacionadas							
Enel Brasil Mútuo Subordinado	42.376	5.332					
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	-	31.194					
Enel Finance International N.V. I e II	36.548	-					
Enel Finance International N.V. III, IV e V	2.304	-					
Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada	81.228	36.526					

Segue movimentação dos mútuos com partes relacionadas:

	Enel Brasil	Enel Finance	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	989.956	-	989.956
Captação	850.000	-	850.000
Encargos provisionados	36.526	-	36.526
Juros incorporados ao capital	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2020	1.876.482	-	1.876.482
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.316.368	750.754	2.067.122
Captação	100.466	1.131.065	1.231.531
Amortização	(257.638)	-	(257.638)
Encargos provisionados	42.376	38.852	81.228
Encargos pagos	(2.943)	-	(2.943)
Variação monetária e cambial	-	44.604	44.604
Saldo em 30 de setembro de 2021	1.198.629	1.965.275	3.163.904

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos trimestres e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	785	1.612	848	3.786
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	19	85	191	576
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	-	541	-	-
Total	804	2.238	1.039	4.362

23. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados, corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasielros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasielros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

Os planos de assistência médica, FGTS e BD nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020 estão representados abaixo:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	184.272	101.595	282.654	21.725	590.246
Custo do serviço corrente	(19)	81	-	681	743
Custo dos juros líquidos	8.638	5.261	14.361	932	29.192
Contribuições reais do empregador	(77.213)	(8.058)	(18.799)	(555)	(104.625)
Ganho atuarial	(85.732)	(22.940)	(1.604)	(1.965)	(112.241)
SalDOS em 30 de setembro de 2021	29.946	75.939	276.612	20.818	403.315

Não Circulante

403.315

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	129.518	72.211	244.154	17.339	463.222
Custo do serviço corrente	-	231	1.690	545	2.466
Custo dos juros líquidos	5.749	3.621	11.988	763	22.121
Contribuições reais do empregador	(32.529)	(6.914)	(13.378)	(78)	(52.899)
Ganho/Perda Atuarial	28.626	14.125	26.491	1.548	70.790
Saldos em 30 de setembro de 2020	131.364	83.274	270.945	20.117	505.700

Não Circulante

505.700

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, as quais estão principalmente relacionadas à pandemia (COVID-19), e seus impactos econômico-financeiros – vide nota explicativa nº 1.1. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, realizada por atuário independente em 30 de junho de 2021, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33(R1) e IAS 19(R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, ocasionou uma diminuição de R\$ 129.279 no passivo atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

(a) Ativos e passivos atuariais

	30.09.2021
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>	
Valor presente das obrigações atuariais	1.535.719
Valor justo dos ativos do plano	(1.216.226)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	83.822
Obrigações registradas com benefícios pós-emprego	403.315

(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2021
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.642.975
Custo dos serviços correntes	743
Contribuição de participantes do plano	71
Custos dos juros	84.201
Benefícios pagos pelo plano	(62.992)
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(129.279)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	1.535.719

(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	30.09.2021
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.052.729
Retorno esperado dos ativos do plano	55.010
Contribuições recebidas de participantes do plano	71
Contribuições recebidas do empregador	104.625
Benefícios pagos pelo plano	(62.993)
Ganhos atuarial sobre os ativos do plano	66.784
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	1.216.226

-

(d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	30.09.2021
Saldo do início do exercício	590.246
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	743
Juroa líquidos conforme laudo atuarial	29.192
Pagamento de contribuições	(104.625)
Ajustes de avaliação atuarial	(112.241)
Saldo do final do período	403.315

(e) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres e no período de nove meses:

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Custo do serviço corrente	247	743	822	2.466
Custos dos juros	9.731	29.192	7.373	22.120
Total de despesas	9.978	29.935	8.195	24.586

(f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)

	30.06.2021
Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	129.279
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	(83.822)
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	66.784
Saldo do final do período	112.241

As demais premissas atuariais (econômicas, demográficas e expectativa de vida) utilizadas na avaliação atuarial anual, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não sofreram alteração.

24. Provisões para processos judiciais e outros riscos**24.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável**

	31.12.2020	Adições	Reversões	Reclassificação	Atualização monetária	Pagamentos	30.09.2021
Trabalhistas (a)	294.155	22.338	(22.119)	-	21.643	(8.105)	307.912
Cíveis (b)	285.913	119.696	(65.531)	-	40.529	(83.818)	295.789
Fiscais (c)	203.779	126	-	(172.127)	(5.623)	(1.721)	24.434
Regulatório (d)	1.444	-	-	-	-	-	1.444
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	785.291	142.160	(87.650)	(172.127)	56.549	(93.644)	630.579
Outras provisões (e)	-	13.615	-	-	-	(2.450)	11.165
Total - Provisões para processos judiciais e outros riscos	785.291	155.775	(87.650)	(172.127)	56.549	(96.094)	641.744
Total do passivo circulante	179.662						3.597
Total do passivo não circulante	605.629						638.147

	31.12.2019	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	30.09.2020
Trabalhistas (a)	285.477	18.150	(25.285)	22.317	(10.416)	290.243
Cíveis (b)	315.607	118.868	(107.877)	60.230	(90.985)	295.843
Fiscais (c)	23.864	27.159	-	152.452	(18)	203.457
Regulatório (d)	1.444	17.011	-	-	-	18.455
Total	626.392	181.188	(133.162)	234.999	(101.419)	807.998
Total do passivo circulante	-					-
Total do passivo não circulante	626.392					807.998

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

c.1) O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 30 de setembro de 2021 de R\$ 14.414 (R\$14.301 em 31 de dezembro de 2020).

c.2) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 30 de setembro de 2021 de R\$ 6.358, valor total do auto de R\$ 15.894, (R\$ 6.313 e R\$ 15.783 em 31 de dezembro de 2020) e de R\$ 558, valor total do auto R\$ 2.790 (R\$554 e R\$2.768 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

c.3) Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O STF inadmitiu o recurso da Companhia, a qual apresentou embargos de declaração e posteriormente agravo interno. Em setembro de 2020 o Tribunal negou provimento ao agravo da Companhia e entendeu que o recurso apresentado teria sido protelatório, aplicando multa de 5% sobre o valor atualizado da execução fiscal. A Companhia apresentou embargos de declaração em face da aplicação da multa e obteve decisão reduzindo a multa para 1%, gerando uma reversão de R\$ 6.862 no resultado financeiro. O processo transitou em julgado e a Companhia irá efetuar o pagamento do débito. A provisão total atualizada deste caso, incluindo a multa aplicada, em setembro de 2021, é de R\$ 172.127 e R\$ 1.721 respectivamente.

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Outras provisões

Durante o primeiro semestre de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia inicia o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída.

24.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	30.09.2021	31.12.2020
Trabalhistas	282.552	276.500
Cíveis (a)	1.464.647	1.275.523
Fiscais (b)	1.778.241	1.738.469
Juizados especiais	173.382	122.284
Regulatório	17.233	17.011
Total	3.716.055	3.429.787

A seguir são apresentados os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis diversos, sendo que as naturezas desses processos são similares aos que já foram descritas na nota explicativa 24.1.b.

b) Fiscais**b.1) Temas federais****Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)**

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 1.325.133 (R\$ 1.314.371 em 31 de dezembro 2020).

b.2) Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 335.094 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 329.502 em 31 de dezembro de 2020), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN").

b.3) Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empacotamento que juntos somam o valor de R\$ 23.709 em 30 de setembro de 2021 (R\$ 23.213 em 31 de dezembro de 2020). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, nos montantes de R\$ 12.494 e R\$ 2.376 respectivamente, em 30 de setembro de 2021 (R\$ 12.494 e R\$ 2.349 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 30 de setembro de 2021 de R\$ 42.574 (R\$ 41.936 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 30 de setembro de 2021 de R\$ 36.861 (R\$ 22.460 em 31 de dezembro de 2020).

24.3 Depósitos vinculados

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	30.09.2021	31.12.2020
Trabalhistas	180.312	178.766
Cíveis	80.895	78.008
Fiscais	1.014	699
Total	262.221	257.473

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o capital social é de R\$ 2.498.230 em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	30.09.2021		31.12.2020	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Enel Brasil S.A.	166.191.392	99,73%	166.191.392	99,73%
Outros	442.934	0,27%	442.934	0,27%
Total de ações em circulação	166.634.326	100,00%	166.634.326	100,00%

b) Capital Social Autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 1.000.000.000,00, até o limite de R\$ 2.498.230.386,65, mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

d) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2021	30.09.2020
Ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	112.241	(70.790)
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em benefícios pós-emprego	(38.162)	24.069
(Perda) ganho de instrumentos financeiros derivativos	(18.153)	7.732
Tributos diferidos sobre perda / ganho instrumentos financeiros derivativos	6.172	(2.629)
Total	62.098	(41.618)

26. Resultado por ação

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Lucro (prejuízo) líquido do período	(10.731)	(26.457)	(53.523)	(3.949)
Número de ações	166.634.326	166.634.326	166.634.326	166.634.326
Resultado por ação do período - básico e diluído (reais por ação)	(0,064398)	(0,158773)	(0,321200)	(0,023699)

Não há diferença entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com em 30 de setembro de 2021.

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinária sem poder dos acionistas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Receita líquida

a) No trimestre

	01.07.2021 a 30.09.2021			01.07.2020 a 30.09.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.527.346	1.150.620	1.220.715	2.485.620	1.127.423	1.038.284
Industrial	3.403	36.856	74.561	3.329	43.572	46.182
Comercial	123.756	332.074	398.739	133.852	338.714	344.529
Rural	62.587	39.878	44.997	63.777	43.405	35.246
Poder público	13.004	77.319	92.331	13.827	83.931	86.545
Iluminação pública	1.878	143.646	111.207	1.878	137.913	85.878
Serviço público	2.925	75.597	73.026	2.015	71.698	55.218
Suprimento e revenda	24	124.405	34.473	24	125.327	26.436
Fornecimento faturado	2.734.923	1.980.395	2.050.049	2.704.322	1.971.982	1.718.318
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	84.084	-	-	38.450
PIS/COFINS consumidores a restituir	-	-	-	-	-	-
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	-	-	-	-	-	-
(-) DIC/FIC/DIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(6.305)	-	-	(10.604)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	2.734.923	1.980.395	2.127.828	2.704.322	1.971.982	1.746.164
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	569.357	-	-	99.895
Subvenção baixa renda	-	-	12.259	-	-	10.517
Subvenção de recursos da CDE	-	-	56.238	-	-	55.954
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	739	681.202	210.680	630	682.263	206.690
Receita de construção	-	-	367.420	-	-	252.449
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	265.222	-	-	-
Outras receitas	-	-	(186.007)	-	-	24.905
Total outras receitas	739	681.202	1.295.169	630	682.263	650.410
Receita operacional bruta	2.735.662	2.661.597	3.422.997	2.704.952	2.654.245	2.396.574
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(597.660)	-	-	(479.014)
COFINS - corrente	-	-	(202.793)	-	-	(190.844)
PIS - corrente	-	-	(44.027)	-	-	(35.541)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(19.669)	-	-	(12.643)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(202.466)	-	-	(145.409)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2.214)	-	-	(2.149)
ISS	-	-	(1.168)	-	-	(1.004)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(1.069.997)	-	-	(866.604)
Receita operacional líquida	2.735.662	2.661.597	2.353.000	2.704.952	2.654.245	1.529.970

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) No período de nove meses

	01.01.2021 a 30.09.2021			01.01.2020 a 30.09.2020		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	2.527.346	3.882.306	3.614.622	2.485.620	3.605.641	3.036.416
Industrial	3.403	112.321	183.416	3.329	136.098	142.481
Comercial	123.756	1.117.020	1.287.912	133.852	1.158.454	1.160.722
Rural	62.587	126.853	128.918	63.777	129.158	102.049
Poder público	13.004	265.635	302.569	13.827	289.798	287.589
Iluminação pública	1.878	422.085	294.394	1.878	419.312	253.284
Serviço público	2.925	224.276	211.152	2.015	223.541	169.211
Suprimento e revenda	24	343.318	79.157	24	362.677	75.546
Fornecimento faturado	2.734.923	6.493.814	6.102.140	2.704.322	6.324.679	5.227.298
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	416.452	-	-	246.222
PIS/COFINS consumidores a restituir	-	-	(2.055.395)	-	-	-
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	-	-	2.055.395	-	-	-
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(23.318)	-	-	(21.534)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	2.734.923	6.493.814	6.495.274	2.704.322	6.324.679	5.451.986
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	959.027	-	-	93.621
Subvenção baixa renda	-	-	36.787	-	-	46.782
Subvenção de recursos da CDE	-	-	174.410	-	-	159.715
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	739	1.882.973	621.430	630	1.918.470	588.687
Receita de construção	-	-	825.084	-	-	724.758
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	318.856	-	-	-
Outras receitas	-	-	(244.286)	-	-	74.033
Total outras receitas	739	1.882.973	2.691.308	630	1.918.470	1.687.596
Receita operacional bruta	2.735.662	8.376.787	9.186.582	2.704.952	8.243.149	7.139.582
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(1.886.649)	-	-	(1.540.477)
COFINS - corrente	-	-	(570.134)	-	-	(519.629)
PIS - corrente	-	-	(123.779)	-	-	(106.922)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(50.715)	-	-	(37.181)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(602.423)	-	-	(435.810)
Conta de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(6.640)	-	-	(6.324)
ISS	-	-	(3.663)	-	-	(3.168)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(3.244.003)	-	-	(2.649.511)
Receita operacional líquida	2.735.662	8.376.787	5.942.579	2.704.952	8.243.149	4.490.071

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. (Despesas) receitas operacionais

a) No trimestre

	01.07.2021 a 30.09.2021					01.07.2020 a 30.09.2020						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total
Pessoal	(19.242)	-	(7.596)	-	-	(26.838)	(18.310)	-	(14.599)	-	-	(32.909)
Material	(8.464)	-	(5.109)	-	-	(13.573)	(4.275)	-	(599)	-	-	(4.874)
Serviços de terceiros	(141.241)	(4.734)	(644)	-	-	(146.619)	(101.496)	(3.232)	(15.585)	-	-	(120.313)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.232.115)	-	-	-	-	(1.232.115)	(660.557)	-	-	-	-	(660.557)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(157.078)	-	-	-	-	(157.078)	(199.943)	-	-	-	-	(199.943)
Encargos de serviços do sistema	(124.627)	-	-	-	-	(124.627)	(8.144)	-	-	-	-	(8.144)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	3.264	-	-	-	-	3.264	3.588	-	-	-	-	3.588
Depreciação e amortização	(106.716)	-	(3.420)	-	-	(110.136)	(101.819)	-	(7.054)	-	-	(108.873)
Custo na desativação de bens	-	-	-	-	-	-	(10.842)	-	-	-	-	(10.842)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(154.190)	-	(154.190)	-	-	-	(18.223)	-	(18.223)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(30.254)	-	(30.254)	-	-	-	(26.472)	-	(26.472)
Recuperação de perdas (*)	-	▼	▼	▼	-	-	-	-	▼	-	-	-
Custo de construção	(367.420)	-	-	-	-	(367.420)	(252.449)	-	-	-	-	(252.449)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(32.729)	-	-	(32.729)	-	-	359	-	-	359
Outras despesas operacionais	(11.748)	-	(11.818)	-	-	(23.566)	(4.983)	-	(15.746)	-	-	(20.729)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	-	12.785	12.785	-	-	-	-	12.123	12.123
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	139	139	-	-	-	-	1.829	1.829
Subtotal	(2.165.387)	(4.734)	(61.316)	(184.444)	12.924	(2.402.957)	(1.359.230)	(3.232)	(53.224)	(44.695)	13.952	(1.446.429)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) No período de nove meses

	01.01.2021 a 30.09.2021					01.01.2020 a 30.09.2020						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras	Total
Pessoal	(83.818)	-	(26.145)	-	-	(109.963)	(63.192)	-	(40.747)	-	-	(103.939)
Material	(15.398)	-	(444)	-	-	(15.842)	(12.616)	-	(1.420)	-	-	(14.036)
Serviços de terceiros	(377.686)	(11.802)	(17.722)	-	-	(407.210)	(314.320)	(10.715)	(48.499)	-	-	(373.534)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.805.775)	-	-	-	-	(2.805.775)	(2.028.558)	-	-	-	-	(2.028.558)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(546.582)	-	-	-	-	(546.582)	(483.472)	-	-	-	-	(483.472)
Encargos de serviços do sistema	(306.151)	-	-	-	-	(306.151)	(12.326)	-	-	-	-	(12.326)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	6.242	-	-	-	-	6.242	55.210	-	-	-	-	55.210
Depreciação e amortização	(332.752)	-	(10.796)	-	-	(343.548)	(291.233)	-	(17.693)	-	-	(308.926)
Custo na desativação de bens	-	-	-	-	-	-	(32.645)	-	-	-	-	(32.645)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(385.806)	-	(385.806)	-	-	-	(55.482)	-	(55.482)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(119.722)	-	(119.722)	-	-	-	(77.371)	-	(77.371)
Recuperação de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.882	-	13.882
Custo de construção	(825.084)	-	-	-	-	(825.084)	(724.758)	-	-	-	-	(724.758)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(58.682)	-	-	(58.682)	-	-	(22.029)	-	-	(22.029)
Outras despesas operacionais	(48.522)	-	(47.866)	-	-	(96.388)	(14.913)	-	(48.888)	-	-	(63.801)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	-	15.145	15.145	-	-	-	-	47.985	47.985
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	260	260	-	-	-	-	4.969	4.969
Subtotal	(5.335.526)	(11.802)	(161.655)	(505.528)	15.405	(5.999.106)	(3.922.823)	(10.715)	(179.276)	(118.971)	52.954	(4.178.831)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Resultado financeiro

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	6.628	9.434	3.367	5.481
Juros e atualização monetária sobre impositividade de clientes	11.738	28.107	9.924	33.572
Variação cambial	150	839	7.848	14.205
Marcação a mercado de ativo indenizável	138.569	309.888	36.891	49.460
Variação cambial de dívida	53.256	378.612	-	-
Dívida - Marcação a mercado	-	-	1.944	3.495
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	182.121	464.490	30.317	375.414
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	4.213	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	81	4.987	2.943	5.902
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	6.328	16.751	2.219	11.120
Outras receitas financeiras	(1.388)	5.283	8.537	10.780
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.070)	(2.815)	(1.945)	(3.563)
Subtotal	396.413	1.219.789	102.045	505.866
Despesas financeiras				
Variação cambial	(1.207)	(5.978)	-	-
Variação cambial de dívidas	(185.654)	(468.014)	(30.322)	(375.419)
Dívida - Marcação a mercado	-	(2.158)	-	-
Encargos de dívidas	(11.835)	(43.074)	(15.088)	(51.163)
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(2.639)	(19.142)	-	-
Juros debêntures	(13.289)	(26.985)	(9.098)	(40.293)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(17.463)	(56.549)	(163.053)	(234.999)
Encargos fundo de pensão	(9.731)	(29.192)	(7.373)	(22.121)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(53.245)	(378.619)	(7.582)	(11.247)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	-	609	(4.861)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(18.909)	(27.877)	(1.191)	(2.190)
Encargos de mútuos	(38.737)	(81.228)	(15.622)	(36.526)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	117	395	168	1.262
IOF/IOC	(510)	(565)	(8)	(304)
Encargos com venda de recebíveis	-	-	(130)	(167)
Apropriação custo de transação	(81)	(244)	(341)	(1.022)
Juros em arrendamento	(621)	(1.957)	(2.446)	(2.446)
Outras despesas financeiras	(3.947)	(16.822)	(13.993)	(39.595)
Subtotal	(357.751)	(1.158.009)	(265.470)	(821.091)
Total do resultado financeiro	38.662	61.780	(163.425)	(315.225)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

a) No trimestre

	01.07.2021 a 30.09.2021		01.07.2020 a 30.09.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	13.163	4.730	-	-
Diferidos	(12.740)	(4.589)	19.392	6.969
Total	423	141	19.392	6.969
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(11.295)	(11.295)	(79.884)	(79.884)
Adições:				
Gratificação a administradores	4.583	4.583	196	196
Perdão de dívida	945	945	1.155	1.155
Outras despesas indedutíveis	4.196	4.196	1.015	1.094
Total das adições	9.724	9.724	2.366	2.445
Base de cálculo	(1.571)	(1.571)	(77.518)	(77.439)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	405	141	19.392	6.969
Complemento de variação cambial não realizada	18	-	-	-
Total da despesa com tributos	423	141	19.392	6.969
Alíquota efetiva	3,75%	1,25%	24,28%	8,72%

b) No período de nove meses

	01.01.2021 a 30.09.2021		01.01.2020 a 30.09.2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(74.192)	(26.736)	-	-
Diferidos	50.921	18.297	52	(16)
Total	(23.271)	(8.439)	52	(16)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	5.253	5.253	(3.985)	(3.985)
Adições:				
Gratificação a administradores	19.402	19.402	1.565	1.565
Perdão de dívida	2.719	2.719	1.155	1.155
Outras despesas indedutíveis	5.614	5.614	1.130	1.438
Total das adições	27.735	27.735	3.850	4.158
Base de cálculo	32.988	32.988	(135)	173
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(8.229)	(2.969)	52	(16)
Complemento de variação cambial não realizada	(15.042)	(5.470)	-	-
Total da despesa com tributos	(23.271)	(8.439)	52	(16)
Alíquota efetiva	443,00%	160,65%	1,30%	-0,40%

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20 / mês.

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para processos judiciais e outros	218.193	266.999	(48.806)	(37.676)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	235.862	61.632	174.230	61.746	-	-
Benefício pós-emprego	219.658	257.820	-	-	(38.162)	24.069
Instrumentos financeiros derivativos	6.172	-	6.172	(50.645)	-	(2.270)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	2.671	2.944	(273)	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	101.578	144.841	(43.263)	28.813	-	-
Outras provisões	37.453	23.745	13.708	14.614	-	-
Total dos diferidos ativos	821.587	757.981	101.768	16.852	(38.162)	21.799
Tributos diferidos passivos:						
Ativo indenizável (concessão)	(466.729)	(361.367)	(105.362)	(16.816)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(11.477)	(91.188)	72.812	-	6.899	-
Outros	(288)	(288)	-	-	-	-
Total dos diferidos passivos	(478.494)	(452.843)	(32.550)	(16.816)	6.899	-
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	343.093	305.138	69.218	36	(31.263)	21.799

A Companhia estima que os saldos em 30 de setembro de 2021, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

31. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro**Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro de cada Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementada outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros).

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, compliance, operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pelo tratamento e adoção de medidas de controle e mitigação de riscos.

b) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	30.09.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	399.045	566.686
Títulos e valores mobiliários	114.728	129.555
Instrumentos financeiros derivativos	15.605	333.416
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	1.959.532	1.888.396
Ativos financeiros setoriais	243.301	-
Ativo indenizável (concessão)	4.937.915	4.321.429
	7.670.126	7.239.482

Em 30 de setembro de 2021, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.09.2021	31.12.2020
AAA	482.740	601.441
AA+	4.740	4.704
AA	813	31.105
Total geral	488.293	637.250

Instrumentos Financeiros Derivativos	30.09.2021	31.12.2020
AA-	15.605	333.416
Total geral	15.605	333.416

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

c) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse deles às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

d) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar e ao euro. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas ao dólar e ao euro da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar + *Spread* para Real CDI + *spread*). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de setembro de 2021 (em reais).

	30.09.2021
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	892.644
Exposição Patrimonial	892.644
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(1.825.270)
Exposição Cambial Total	(932.626)

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui 91% da dívida total indexada à taxa variável (CDI).

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.09.2021	%	31.12.2020	%
Selic	18.290	3,75%	36.909	5,79%
CDI	470.003	96,25%	600.337	94,21%
Pré-Fixado	-	0,00%	4	0,00%
Total	488.293	100,00%	637.250	100,00%

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Ativo Financeiro Indexável	30.09.2021	%	31.12.2020	%
IPCA	4.937.915	100%	4.321.429	100%
Total	4.937.915	100%	4.321.429	100%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.09.2021	%	31.12.2020	%
Taxa fixa	434.258	7,95%	430.510	10,06%
CDI	5.027.358	92,05%	3.844.355	89,85%
Libor	-	0,00%	3.774	0,09%
Total	5.461.616	100,00%	4.278.639	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e hajam condições de mercado adequadas que o permitam.

f) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. A

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 902/2021, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 1.700.000.

Devido às incertezas causadas pela pandemia de COVID19, que provocou alterações no planejamento financeiro para o ano de 2020, com uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 1.000.000 e R\$ 600.000, através do despacho Nº 1.923 de 01 de julho de 2020, o qual passou a R\$ 3.300.000 dos quais, em 30 de setembro de 2021, estavam disponíveis R\$ 1.290.181.

Os créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 1.079.512, possuem exigibilidade flexível, podendo ser renegociado por prazo suficiente até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	30.09.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	4.475.460	3.607.125
Debêntures (Nota 19)	1.001.761	1.004.930
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 31)	(15.605)	(333.416)
Dívida	5.461.616	4.278.639
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(399.045)	(566.686)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(114.728)	(129.555)
Dívida líquida (a)	4.947.843	3.582.398
Patrimônio líquido (b)	3.625.465	3.591.235
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	58%	50%

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	722	362.858	430.257	553.677	1.347.514
Debêntures	-	-	81.607	1.097.911	1.179.518
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	100.796	45.983	32.323	3.373.238	3.552.340
Total em 30 de setembro de 2021	101.518	408.841	544.187	5.024.826	6.079.372

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos no quadro abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos - recebimentos	-	19.258	95.704	139.030	253.992
Total em 30 de setembro de 2021	-	19.258	95.704	139.030	253.992

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Valorização dos instrumentos financeiros

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2:** dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3:** dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			30.09.2021		31.12.2020	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	399.045	399.045	566.686	566.686
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	114.728	114.728	129.555	129.555
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	1.959.532	1.959.532	1.888.396	1.888.396
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	243.301	243.301	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	49.456	49.456	154.328	154.328
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	179.191	179.191
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	4.937.915	4.937.915	4.321.429	4.321.429
Total do ativo			7.703.977	7.703.977	7.239.585	7.239.585
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	2.634.844	2.650.886	2.500.822	2.438.667
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.001.761	1.000.948	1.004.930	1.003.873
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	1.840.616	793.831	605.021	599.351
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	501.282	501.282
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	33.851	33.851	32	32
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	71	71
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	34.336	34.336	41.739	41.739
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	24.345	24.345	389.484	389.484
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.523.066	1.523.066	1.085.352	1.085.352
Total do passivo			7.092.819	6.061.263	6.128.733	6.059.851

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

h) Instrumento financeiro derivativo

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	BRL	
				30.09.2021	31.12.2020
Contrato de swap					
ITAÚ S.A.	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	-	151.097
CITIBANK S.A.	28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa	-	179.120
BNP PARIBAS S.A II	23/12/2020	23/12/2022	USD + 1,63%aa CDI + 0,79% aa	9.921	3.199
SCOTIABANK S.A III	01/02/2021	03/02/2025	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa	(9.194)	-
SCOTIABANK S.A IV	26/02/2021	26/02/2025	USD + 1,3930%aa CDI + 1,48% aa	(5.261)	-
SCOTIABANK S.A V	25/03/2021	15/12/2021	USD + 1,0350%aa CDI + 0,85% aa	(8.840)	-
CREDIT AGRICOLE	28/06/2021	03/07/2023	EUR + 1,29%aa CDI + 1,53% aa	15.066	-
HSBC BANK	08/07/2021	10/07/2023	EUR + 1,29%aa CDI + 1,66% aa	9.210	-
ITAÚ S.A.	03/09/2021	03/09/2024	EUR + 1,53%aa CDI + 1,79% aa	4.703	-

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2019	132.540
Juros SWAP	3.712
Variação cambial SWAP	364.167
Marcação a mercado no resultado	(4.861)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	6.676
Pagamentos de juros	6.821
Recebimentos Principal	(109.237)
Saldos em 30 de setembro de 2020	399.818
Saldos em 31 de dezembro de 2020	333.416
Juros SWAP	(22.891)
Variação cambial SWAP	85.871
Marcação a mercado no resultado	4.212
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(20.291)
Recebimentos de juros	(1.831)
Recebimentos principal	(362.881)
Saldos em 30 de setembro de 2021	15.605
Total Ativo	49.456
Total Passivo	33.851
Saldo Líquido	15.605

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 30 de setembro de 2021 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 05.07.16 Itaú BBA International PLC	-	-	-	250.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 23.12.20 BNP PARIBAS 4131 II	9.921	10.344	(423)	199.999	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 01.02.21 Scotiabank 4131 III	(9.194)	(1.797)	(7.397)	200.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 26.02.21 Scotiabank 4131 IV	(5.261)	(664)	(4.597)	120.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 25.03.21 Scotiabank 4131 V	(8.840)	(10.228)	1.388	360.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 28.06.21 EFI - Credit Agreement III 50MEUR	15.066	18.396	(3.330)	294.500	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 08.07.21 EFI - Credit Agreement IV 50MEUR	9.210	18.468	(9.258)	299.800	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (EUR) x DI 03.09.21 EFI - Credit Agreement V 50MEUR	4.703	20.875	(16.172)	306.765	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Total	15.605	55.394	(39.789)	2.031.064	

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de setembro de 2021.

i) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 30 de setembro de 2021 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Ativos	Risco	Base	Cenários projetados - Set. 2022		
		30.09.2021	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	18.290	1.644	1.233	822
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	470.003	42.239	31.679	21.120
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	-	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	3.969.850	131.891	98.918	65.946
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(1.809.665)	(113.876)	(167.483)	(195.037)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	867.313	(6.559)	173.432	286.158
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Euro	957.957	(8.466)	257.088	437.013
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(418.912)	99.807	153.414	180.968
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(892.645)	6.620	(180.690)	(298.010)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Euro	(947.971)	8.377	(254.408)	(432.458)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(3.217.693)	(472.621)	(606.215)	(658.658)
		(1.003.473)	(310.944)	(493.032)	(592.136)
		Taxas utilizadas	Provável	Adverso +25%	Remoto +50%
		CDI	8,99%	11,23%	13,48%
		IPCA	3,32%	4,15%	4,98%
		Libor	0,17%	0,22%	0,26%

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do *spread* contratual, conforme definido na nota 18.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BNP PARIBAS 4131 II	(370)	63.622	63.992	103.799	104.169
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PA	330	(56.742)	(57.072)	(92.576)	(92.906)
BNP PARIBAS 4131 II - SWAP PP	12.242	18.613	6.371	21.878	9.636
SCOTIABANK 4131 III	(819)	59.249	60.068	96.963	97.782
SCOTIABANK 4131 III - SWAP	816	(59.073)	(59.889)	(96.675)	(97.491)
SCOTIABANK 4131 III - SWAP PP	15.613	22.997	7.384	26.781	11.168
SCOTIABANK 4131 IV	(491)	35.518	36.009	58.126	58.617
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP	489	(35.392)	(35.881)	(57.920)	(58.409)
SCOTIABANK 4131 IV - SWAP PP	9.336	13.751	4.415	16.013	6.677
SCOTIABANK 4131 V	(4.941)	22.302	27.243	39.122	44.063
SCOTIABANK 4131 V - SWAP	4.924	(22.225)	(27.149)	(38.987)	(43.911)
SCOTIABANK 4131 V - SWAP PP	5.583	8.187	2.604	9.606	4.023
EFI - Credit Agreement III 50 MEUR	(3.051)	84.985	88.036	144.633	147.684
EFI - Credit Agreement III 50MEUR - SWAP PA	3.053	(85.045)	(88.098)	(144.736)	(147.789)
EFI - Credit Agreement III 50MEUR - SWAP PP	22.773	33.473	10.700	38.955	16.182
EFI - Credit Agreement IV 50 MEUR	(3.031)	84.417	87.448	143.667	146.698
EFI - Credit Agreement IV 50MEUR - SWAP PA	3.094	(86.187)	(89.281)	(146.680)	(149.774)
EFI - Credit Agreement IV 50MEUR - SWAP PP	23.953	35.012	11.059	40.678	16.725
EFI - Credit Agreement V 50 MEUR	(2.295)	85.006	87.301	144.158	146.453
EFI - Credit Agreement V 50MEUR - SWAP PA	2.318	(85.855)	(88.173)	(145.597)	(147.915)
EFI - Credit Agreement V 50MEUR - SWAP PP	24.375	35.450	11.075	41.125	16.750
Total Despesa	113.901	172.063	58.162	202.333	88.432

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

32. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$755.313 em 2021, R\$3.030.801 em 2022, R\$3.075.808 em 2023, R\$3.111.821 em 2024 e R\$59.355.489 após 2024.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período findo em 30 de setembro de 2021 que foram homologados pela ANEEL.

33. Participação nos resultados

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2021 e 2020, a provisão de participação nos resultados é de R\$ 18.034 e R\$ 12.625, respectivamente.

34. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bens segurados	Riscos cobertos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2020	31/10/2021	R\$ 2.003.774	R\$ 6.321.356
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2020	31/10/2021	-	R\$ 115.588
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2020	10/11/2021	-	R\$ 78.824
-	Riscos ambientais	01/11/2020	01/11/2021	-	R\$ 135.214

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

35. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	30.09.2021	30.09.2020
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(88.900)	(116.647)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(395)	(1.262)
	(89.295)	(117.909)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das informações financeiras intermediárias avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	30.09.2021	30.09.2020	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de empréstimos e financiamentos	1.911.531	1.056.283	18	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(1.200.161)	(541.139)	18	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(7.402)	(3.592)	20	Obrigações por arrendamentos
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	362.881	109.237	31	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	1.066.849	620.789		

A Companhia não pagou dividendos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

36. Eventos subsequentes

Tendo em vista a necessidade de capital de giro e se valendo da disponibilidade de crédito com a Enel Finance, a Companhia contratou operação de mútuo financeiro na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) em 11 de outubro de 2021 no montante de EUR 40.000 cada, correspondente a R\$ 257.800. O mútuo possui taxa fixa de 1,5882% a.a., com pagamento de juros anual e vencimento final em 13 de outubro de 2022. Para mitigar o risco dessa operação à variação cambial, foi contratado simultaneamente operação de SWAP para troca de indexação de "euro venda" para CDI + 1,77% a.a., seguindo o mesmo fluxo de vencimentos das dívidas contratadas.

Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de Amortização	Pagamento de Juros	Finalidade	Garantias
Enel Finance International N.V. VI	257.600	07/10/2021	14/10/2024	1,59%	Bullet	Anual	Capital de giro	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Ampla Energia e Serviços S.A.
Niterói – RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com sede na Praça Leoni Ramos nº 1, Bairro São Domingos, Niterói - RJ, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao período de nove meses de 2021.

Niterói, 25 de outubro de 2021.

Diretor Presidente - Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Julia Freitas de Alcântara Nunes
Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino
Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro
Diretor(a) de Regulação - Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretor(a) Jurídico(a) - Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora de Compras - Vago
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Julia Freitas de Alcântara Nunes
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Vago
Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com sede na Praça Leoni Ramos nº 1, Bairro São Domingos, Niterói - RJ, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao período de nove meses de 2021.

Niterói, 25 de outubro de 2021.

Diretor Presidente - Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Julia Freitas de Alcântara Nunes
Diretor de Recursos Humanos e Organização - Alain Rosolino
Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro
Diretor(a) de Regulação - Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretor(a) Jurídico(a) - Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora de Compras - Vago
Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle - Julia Freitas de Alcântara Nunes
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes - Vago
Diretora de Mercado - Márcia Sandra Roque Vieira Silva